



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE**

**KADIJA SOUZA SANTOS**

**FAMILIA MONOPARENTAL FEMININA: A PERCEPÇÃO  
DOS FILHOS DE MÃES SOLTEIRAS NA  
CONTEMPORANEIDADE**

ARIQUEMES – RO

2018

**Kadija Souza Santos**

**FAMILIA MONOPARENTAL FEMININA: A PERCEPÇÃO  
DOS FILHOS DE MÃES SOLTEIRAS NA  
CONTEMPORANEIDADE**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial a obtenção do título de bacharelado em: Psicologia.

Profª Orientadora: Ms. Carla Patrícia Rambo Matheus.

Ariquemes – RO

2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca Júlio Bordignon – FAEMA

SA237f

SANTOS, Kadija Souza.

Família monoparental feminina: a percepção dos filhos de mães solteiras na contemporaneidade. / por Kadija Souza Santos. Ariquemes: FAEMA, 2018.

92 p.

TCC (Graduação) - Bacharelado em Psicologia - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.

Orientador (a): Profa. Ma. Carla Patrícia Rambo Matheus.

1. Psicologia. 2. Família. 3. Arranjos Familiares. 4. Monoparentalidade Feminina. 5. Família Tradicional. I Matheus, Carla Patrícia Rambo. II. Título. III. FAEMA.

CDD:150.

### **Bibliotecário Responsável**

EDSON RODRIGUES  
CAVALCANTE CRB 677/11

**Kadija Souza Santos**

(<http://lattes.cnpq.br/4041914005074339>)

**FAMILIA MONOPARENTAL FEMININA: A CONCEPÇÃO  
DOS FILHOS DE MÃES SOLTEIRAS NA  
CONTEMPORANEIDADE**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial a obtenção do título de bacharelado em: Psicologia.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profª Orientadora Ms. Carla Patrícia Rambo Matheus

(<http://lattes.cnpq.br/4834773672725638>)

FAEMA

---

Profª Ms. Eliane Alves Almeida Azevedo

(<http://lattes.cnpq.br/4994015719356247>)

FAEMA

---

Profª Dr. Patrícia Morsch

(<http://lattes.cnpq.br/8480752993159408>)

FAEMA

Ariquemes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Não há nada que não se consiga com a força de vontade, a bondade e, principalmente, com o amor. Ao meu Porto Seguro e Inspiração para a realização deste trabalho Minha Mãe!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida por me permitir sonhar, renovar as minhas forças e conduzir minha jornada com perseverança, me concedendo sabedoria, saúde, paz e amor. Agradeço por todas as bênçãos derramadas em minha vida, pelas oportunidades que o senhor me forneceu para que eu trilhasse até aqui, sei que não foram momentos fáceis, mas diante das eventualidades ocorridas o senhor sempre esteve comigo, e estas me serviram de amadurecimento e crescimento.

Externo aqui a minha gratidão a minha mãe Ana Rita Souza Santos, mulher guerreira que se fez presente em todos os momentos da minha vida no meu florescimento pessoal e profissional. Obrigada mãe por não medir esforços para comigo e sempre acreditar em mim, sinto orgulho em ser sua filha, a senhora é o meu exemplo de vida, meu alicerce, meu porto seguro. Agradeço pelo incentivo e por nunca ter deixado eu fraquejar, só nós duas sabemos o quanto foi difícil esta longa caminhada, deslocar-me do nosso lar em busca do meu sonho profissional não foi nada fácil, mas hoje tenho a certeza que esse momento em que tanto almejamos chegou: CONSEGUIMOS! Este diploma é nosso, mãezinha.

As minhas irmãs, Yara Nadir e Nicolly Aparecida e aos meus sobrinhos Thales e Alice por alegrarem os meus dias mesmo quando estávamos distantes, essencialmente naqueles momentos árduos em que eu me encontrava e vocês sempre conseguiam arrancar em mim de maneira inocente um sorriso em que tanto necessitava, peço desculpas por muitas vezes não ter sido tão presente como irmã e como tia, mas agradeço por compreenderem a minha ausência, e por depositarem em mim um carinho incondicional. Saibam que vocês podem sempre contar comigo, desejo do fundo do meu coração que vocês trilhem brilhantemente.

Ao meu companheiro Marcelo, por todo amor, apoio, paciência e companheirismo dedicado a mim neste tempo em que estamos juntos, obrigado por fazer parte da minha trajetória, sem você ao meu lado este sonho acadêmico não teria sido o mesmo. Agradeço pelas suas contribuições significativas, quando sempre precisei e por me incentivar na realização deste sonho e principalmente por suportar minha ausência diária nesses anos.

Agradeço a todos de minha família, em especial os meus tios Eliane e Gilmar por acreditar e confiar em mim desde de o dia em que escolhi trilhar esse caminho,

sou imensamente grata a você dois, por tamanha generosidade em não medir esforços para me ajudar a tornar esse sonho real. Agradeço também, a minha querida avó Maura por ter contribuído nos momentos precisos, e pela confiança depositada em mim.

A minha amiga Patrícia Fantin, que esteve junto comigo desde o dia que decidi iniciar a faculdade, para mim você é mais que uma amiga, é uma mãe quando preciso, uma irmã que me apoia, que puxa minha orelha e que me incentiva, você sabe o quanto é importante em minha vida, obrigada pela sua amizade, por ter me dado suporte nesta caminhada e por me fornecer o seu ombro amigo sempre que preciso. Desejo muito sucesso em sua vida, você merece tudo que a há de melhor, agora quem foi em busca dos sonhos foi você e saiba que sempre poderá contar comigo amiga, a batalha é longa mais a vitória é certa, minha “Dr. Patrícia Fantin”. Você é especial.

Gratidão a minha querida Professora Orientadora. Ms. Carla Patrícia Rambo Matheus pela dedicação, motivação e apoio em todas as etapas desta pesquisa, a qual percorreu diversos caminhos até chegar a este ponto. Obrigada por me proporcionar ao longo desta carreira acadêmica um conhecimento científico sobre a Psicologia Humanista. O seu amor por esta abordagem me ensinou a amá-la também, de maneira congruente e empática, além de admirar os demais profissionais que atuam diariamente com o ser humano, acolhendo e considerando-o como um todo. Grata pelo auxílio na realização do meu sonho profissional, você sempre será lembrada com muito carinho, a ti a minha grande admiração.

A minha gratidão a todos os docentes que fizeram parte da minha história acadêmica, por me fazer amar todos os dias esta ciência chamada Psicologia. Um agradecimento especial a Prof<sup>a</sup> Ms. Eliane Alves Almeida Azevedo que sempre estava disposta a contribuir com os seus saberes e me ensinar separadamente, a Prof<sup>a</sup> Ms. Ana Claudia Yamashiro Arantes por toda dedicação e saberes, foi através de você que escolhi cursar nesta instituição sua recepção atenciosa foi primordial para minha escolha, obrigada por vocês me mostrarem o melhor que a Psicologia sabe oferecer.

A esta instituição e a toda sua direção eu deixo uma palavra de agradecimento por todo ambiente inspirador e pela oportunidade de concluir este curso, gratidão pelas condições que me proporcionaram dias de aprendizagem muito ricos.

Agradeço a minha banca examinadora por aceitar o meu convite. Obrigada!

*“A vida só pode ser compreendida,  
olhando-se para trás; mas só pode ser  
vivida, olhando-se para frente”*



*(Soren Kierkegaard)*

## RESUMO

A constituição familiar mudou no decorrer do tempo, sofreu profundas adaptações e modificações, seu conceito vem sendo reformulado de acordo com as mudanças de costumes, valores e ideais da sociedade, de forma que seu pensar atual é totalmente diverso da concepção de família nuclear. Na evolução histórica da família tradicional formada pelo casamento a introdução de novos costumes, valores e o respeito ao ser humano impulsionaram o reconhecimento de novas modalidades de famílias formadas por união estável na monoparentalidade. Contraditoriamente, esse é um assunto sobre o qual a sociedade estigmatiza e rotula os filhos que tem a sua constituição familiar construída diferente do modelo socialmente aceito e tem sido pouco estudada em contexto nacional. Pretende-se traçar os aspectos centrais sobre essa relação familiar monoparental feminina, apresentando os diferentes arranjos familiares e os efeitos deste arranjo familiar não tradicional, propiciando voz aos filhos de relatar suas singularidades, histórias e os reflexos psicológicos, emocionais e sociais que lhe são gerados. Não obstante, buscou-se delimitar o universo da pesquisa nos acadêmicos filhos de mãe solteira. Para embasar o referencial teórico, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e de campo de cunho qualitativo. Considera-se a contribuição desta pesquisa, para a reflexão e mudança de estereótipos, minimizando o sofrimento de muitos filhos de mães solteiras que sustentam e suportam os estigmas sociais de modo exclusivo, sofrendo implicações psicológicas e emocionais, oriundos da sociedade que depreende qualquer arranjo familiar que foge do modelo “certo” de família nuclear.

**Palavras-chave:** Arranjos familiares, Monoparentalidade feminina, filhos.

## ABSTRACT

The familiar constitution changed over time, passed by profound adaptations and modifications, their concept has been reformulated in agreement with the changes of customs, values and society ideals so that their current thinking is totally different from the conception of the nuclear family. In the historic evolution of traditional family formed by marriage the introduction of new customs, values and respect of the human boosted the recognition of new modalities of family formed by stable union in single parenting. Contradictorily this is a subject about which the society stigmatizes and labels the children that have their family constitution formed different from the socially accepted model, and it has been little studied in national context. It is intended to draw the central aspects about this female single parenting familiar relationship, presenting the different family arrangements and the effects of this not traditional familiar arrangement, propitiating voice to the children to relate their singularity, histories and the psychologic reflections, emotional and social that were generated. Notwithstanding, it was sought to delimit the universe of research in the academics sons of single mother. To base the theoretical reference, was resorted to the bibliographic research and field research qualitative. It is considered the contribution of this research for the reflection and changes of stereotypes, minimizing suffering of to many sons of single mother that sustains and tolerate the social stigmas exclusively suffering psychological and emotional implications, originating from society that disapprove any family arrangement which is not parto f the "right" family nuclear model.

**Keywords:** Family Arrangement, Female Single Parenting, Sons.

## LISTA DE TABELAS

TABELA	1	-	Como	se	deu	a	
monoparentalidade.....							48
TABELA	2	-	A	ausência	da	figura	masculina
trouxo							conflitos
personais.....							51
TABELA	3	-	Com	é	ser	filho	de
solteira.....							mãe
							55
TABELA	4	-	Sofreu	preconceito	e/ou	juízo	por
ser							filho
de							mãe
solteira.....							59
TABELA	5	-	A	percepção	em	ser	filho
(a)							de
mãe							solteira
hoje							é
a							mesma
de							antes..
							64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.C	Antes de Cristo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEDAW	Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDCP	Pacto Internacional de Direito Cívico e Político
OMS	Organização Mundial da Saúde
MEC	Ministério da Educação
DSM V	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
CID 10	Código Internacional de Doenças

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>16</b>
2.1 O PERCURSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA: CLÁSSICA ATÉ CONTEMPORÂNEA .....	16
2.1.1 A Família na Era Clássica – Civilização Primitiva a.C .....	16
2.1.2 A Família Romana .....	18
2.1.3 A Família na Idade Média.....	19
2.1.4 A Família Moderna.....	21
2.1.5 A Família Contemporânea .....	23
2.2 COMPREENDENDO OS ARRANJOS FAMILIARES: AS TRANSFORMAÇÕES EM UMA SOCIEDADE FRENTE AOS NOVOS ARRANJOS.....	27
2.2.1 A Família Nuclear ou Patriarcal.....	28
2.2.2 A Família Reconstituída ou Recasada.....	28
2.2.3 A Família Homoafetiva .....	30
2.2.4 A Família Multigeracional ou Avós como Referência Familiar .....	31
2.2.5 A Família Monoparental .....	33
2.3 AS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS E EMOCIONAIS DA MONOPARENTALIDADE PARA OS FILHOS.....	37
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	<b>40</b>
3.1 OBJETIVO GERAL .....	40
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	40
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>41</b>
4.1 PROCEDIMENTOS – O DESENVOLVIMENTO EMPIRICO DA PESQUISA .....	41
4.2 PARTICIPANTES.....	43
4.3 MATERIAL E INSTRUMENTO.....	44
4.4 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL .....	44
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>46</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>71</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>77</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

Ao pensar na instituição de família, é necessário traçar um pensamento crítico que abarque não apenas questões históricas acerca da família, mas também os ajustamentos e transformações ocorridas nestas, sobretudo a compreensão dos arranjos familiares presentes na sociedade contemporânea.

A família é apontada como princípio ápice da existência, de acordo com Carvalho (1998) é o recinto da personalidade, nos quais se criam emoções, e onde se expressa a angústia vivenciada, a partir das experiências que a vida propõe. Para tal, é subentendida como uma abertura afetiva e de convivências substancial para sociabilização das pessoas, bem como, apresentam a essência em concernir a vida em sociedade.

No entanto, a família tem sofrido grandes transformações no decorrer do percurso histórico, acompanhando sempre o desenvolvimento e a transformação social. O casamento anteriormente consistia na verdadeira família, que é concebida por pai, mãe e filhos, porém esta não é a única forma reconhecida de família, atualmente a sociedade convive com outras inúmeras configurações familiares, tendo deixado a forma cristalizada e normatizada de configuração familiar.

Essa constatação de família nos leva a pensar e discutir que a instituição familiar não é similar, visto que a sociedade está em constantes modificações e adaptações, a família agora detém conformações desiguais. Os novos arranjos familiares demonstram que há um aumento de famílias compostas por um de seus membros, bem como, filhos ou indivíduos vivendo sozinhos, e com isso denotam-se uma perda de percentual das famílias criadas pelo casal e filhos.

Nesse contexto, com base nos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se que a quantidade de mulheres nessa circunstância cresceu de 22,2% para 37,3% entre 2000 e 2010. Destes, estima-se que 17% representam as instituições familiares nas quais, são as mulheres que detém a autoridade máxima com os filhos e sem cônjuge (IBGE, 2010). Conforme, fomenta Macedo (2008) as mulheres estão se tornando cada vez mais chefes de suas famílias, posição social esta que durante muito tempo foi de exclusividade masculina.

Dada a relevância social da questão, o IBGE (2010) em importante estudo sobre os orçamentos familiares, conclui que estas configurações de famílias, as

monoparentais, apresentam-se como segundo maior grupo familiar no Brasil. Sorj et al., (2007), ressaltam que em Porto Alegre, cerca de 50% dos lares é reinado por mulheres, os quais representam o maior índice registrado entre as capitais, visto que cada dez domicílios já encontram-se sob a chefia feminina.

A este respeito, pode-se observar diante da pesquisa as modificações e adaptações da sociedade contemporânea, as mulheres estão cada vez mais ganhando o seu espaço ou sendo reconhecidas pelo espaço que dominam. Visto que, a monoparentalidade sempre existiu ao longo da história, porém como eram representantes oposto de uma configuração patriarcal de família, tal modelo era marginalizados, essencialmente quando a chefia dessa família cabia a uma mulher.

Com base nesta problemática atual, há de se questionar como as pessoas filhos de mães solteiras compreendem a monoparentalidade feminina na contemporaneidade? Em outras palavras, busca-se compreender se há implicações psicológicas e emocionais sobre este arranjo não tradicional “aceito” socialmente para os filhos.

Para explanar a problemática apontada, apresentou-se a pesquisa de campo, que planejou-se para a obtenção dos resultados, a coleta e a análise dos dados, através de aproximações de temas sobre os arranjos familiares, monoparentalidade feminina, tal como a concepção dos filhos sobre essa configuração familiar, as quais serão organizadas em capítulos e subcapítulos, afim de melhorar a compreensão. Na finalidade em alcançar um proveito científico, por meio das entrevistas semi-dirigidas, buscou-se entender a percepção de filhos de mães sobre a monoparentalidade.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma, no capítulo 1 intitulado abarcou-se brevemente o percurso histórico da família clássica até a contemporânea, este traz concede subsídios para compreender os múltiplos arranjos familiares.

Contempla no capítulo 2 intitulado, a compreensão dos arranjos familiares: as transformações em uma sociedade frente aos novos arranjos, neste propôs apresentar os diferentes arranjos presente em nossa sociedade vigente até principiarmos a monoparentalidade feminina, intuito desta pesquisa.

Objetivou-se no capítulo 3 intitulado: as implicações psicológicas e emocionais da monoparentalidade para os filhos, mostrar com que intensidade os



indivíduos filhos de mães solteiras sofrem e resistem as discriminações diante da sociedade atual.

Em subseqüência é demonstrado os objetivos, a metodologia, os resultados e discussões que foram organizados em forma de tabelas, para melhor visualização das informações obtidas e facilitação de sua análise. Finalizando o trabalho consta as considerações finais e referências bibliográficas utilizadas para construir a fundamentação presente nesta pesquisa, bem como os apêndices e anexos.

Por fim, considera-se através dos dados analisados e discutidos que os filhos de mães solteiras sofrem mais implicações psicológicas e emocionais, pela sociedade em que se adentra que repreende qualquer arranjo familiar que foge do modelo “certo” de família nuclear a ser seguido, do que da própria instituição familiar que sobrevém. Ademais, acredita-se que quando as mulheres mães solteiras, e os seus filhos são amparados socialmente, conseguem superar as dificuldades sociais e emocionais e então obtém uma melhor desenvoltura nos cuidados com os filhos, sem que estes não se sintam desprezados por serem filho de uma mãe solteira.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 O PERCURSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA: CLÁSSICA ATÉ CONTEMPORÂNEA**

Para abordar a família nesta pesquisa fez-se necessário trazer o conceito de família através do percurso histórico, a fim de proporcionar o entendimento dos arranjos familiares vigentes na sociedade contemporânea. Tendo como partida, e de forma concisa a família na era primitiva, a família romana, a família na idade média, a família moderna, e as transformações ocorridas no âmbito das famílias contemporâneas até chegarmos à família monoparental feminina, assim atrelar a perspectiva dos filhos, bem como os aspectos psicológicos, emocionais e sociais nos capítulos subsequentes.

#### **2.1.1 A Família na Era Clássica – Civilização Primitiva a.C**

Nas civilizações primitivas a.C, uma era considerada clássica, os povos viviam em endogamia, isto é, os relacionamentos sexuais ocorriam entre todos os integrantes da tribo, e assim o agrupamento familiar não se caracterizava pelas suas relações individuais. Resultante desta ocorrência, apenas a mãe era conhecida, em consequência, as relações de parentesco ficavam prejudicadas (SANTOS; SANTOS, 2008). Em verdade, Perreira (1996) reitera esta colocação antropológica que ampara a promiscuidade<sup>1</sup> não sendo isento de incertezas, compreende-se em todos os povos que essa ordenação homogênea é plausível.

Com supedâneo no autor acima, é possível compreender em razões diversas, que os homens propenderam a relacionar-se com mulheres de outras tribos, deixando o próprio grupo. Posteriormente, ocorreu-se uma dominância por relações individuais, impondo ao homem e a mulher ter apenas um cônjuge, ou seja, tendo cunho de exclusividade, o que acaba originando a monogamia, embora a poligamia (união conjugal de uma pessoa com várias pessoas) seja tratada em algumas civilizações.

---

<sup>1</sup> PROMISCUIDADE- conceito utilizado naquela época para referir um conjunto de pessoas que se misturam desordenadamente em condições sociais diversas (PERREIRA, 1996).

A família monogâmica é primordial para o progresso da sociedade. Santos e Santos (2008), asseveram sua prevalência entre as nações dedicando a obrigação paternal de proteção e assistência, afim de beneficiar os seus filhos reconhecendo a paternidade. Em resultância, através da agregação da família emergiu a propriedade individual, visto que este se tornou um fator econômico de produção, já que os membros trabalhavam juntos pela subsistência do grupo.

Segundo Engels (1964), a família monogâmica concedeu e se estipulou através do surgimento do domínio privado. No agrupamento primitivo, a organização familiar poderia ter evoluído para a família monogâmica, em forma de família grupal, esta teria passado por diversos estágios intermediários, os quais as possibilidades de intercuro sexual fora do casamento teriam sido caracterizadas por cada um, com um grau maior de limitações.

Burd (2016) fomenta que a culminância atribuiu por meio do casamento monogâmico, com um caráter permanente de duração sendo formado por um casal. Os trâmites da herança garantidas aos filhos legítimos do casal, seria uma de suas principais finalidades, devido a aglomeração de bens, mas para que esta garantia fosse possível a mulher precisava exercer a sua sexualidade exclusiva no âmbito do casamento.

Em relação ao apontamento supracitado, é possível notar que a forma de família atual é da família monogâmica burguesa, existem padrões internos que diferenciam formas ou arranjos familiares incluídos na própria classe sociável. Na atualidade, há um extremo conservadorismo e uma rígida hierarquia interna de formas mais liberais de vivência familiar, as quais são concebidas na classe média urbana por retratar uma pluralidade de padrões familiares.

Reis (1984) sanciona que a instituição familiar é definida entre uma complicada comunicação de múltiplos elementos, os quais refere aos aspectos econômicos, sociais e culturais, bem como às formas peculiares de organizações internas do grupo familiar que compreendem. Por essa razão, embora a forma de família predominar dentro dos componentes sociáveis como o da família monogâmica burguesa, encontram-se modelos intrínsecos que distinguem as famílias das diferentes classes, tal como padrões que discernem formas familiares distintas dentro de uma mesma classe social.

Em detrimento, neste subcapítulo constatou-se a predominância da família monogâmica nas civilizações primitivas, tornando-se fundamental para o desenvolvimento da sociedade, prevalecendo entre os povos e garantindo patrimônio aos filhos legítimos do homem. Assim, com o desenvolvimento de sociedades mais

complexas, Cunha (2010) entende que os laços sanguíneos são cada vez mais dissolvidos entre a população, e ganha importância no direito romano.

### 2.1.2 A Família Romana

A concepção de família romana que detemos hoje, apresenta o conceito de escravo e sua origem romana vem de *famulus* (escravo doméstico), esse termo é usado para designar o grupo social que surgiu nas tribos latinas, como aponta Leite (2005). Para Abrahão (2003), o chefe da família romana tinha total soberania no grupo familiar no qual estava centrado, *pater familias* era o nome que este ganhava. Simultaneamente era esposo, pai, administrador e juiz, que concebia em si todas as exigências de patriarca.

O *pater* recebia as obrigações de juiz em si, de modo que tudo era administrado por ele, dentro da sua família os limites eram de autoridade dele, detinha poderes em desfrutar de bens e espontaneamente de pessoas, vender, executar penas corporais, e inclusive matar, já que em sua *domus* (residência urbana) era o qual reputava em seus membros, como se fosse um tribunal doméstico, em que perante o lar se reuniam-se (FIUZA, 2000).

Deste modo, Abrahão (2003) reforça que o pai era o sacerdote sendo o responsável em comandar e promover o culto aos servidores deuses, do mesmo modo chefiar todas as pessoas da família no exercício de seus compromissos, tendo de forma convincente que todos lhe obedecessem. Ao considerar os filhos, eram vistos na mão do *pater familias* como banais objetos e mesmo os filhos estando submetidos aos domínios ilimitados do *pater*, podiam ser abandonados ou vendidos para outra categoria de *pater familia*.

Santos e Santos (2008) elucidam que o filho só poderia conceber uma nova família, se o *pater* viesse a morrer e assim o filho poderia conquistar as exigências de *sui jûris* (do seu direito). Em relação a filha, se casaria e iria engendrar-se em uma nova família. Nota-se, que essas condições de herança poderiam ser herdadas somente pelos filhos homens do *pater*, visto que conforme o sexo dos filhos eram as suas convenções.

Para Abrahão (2003), subordinada era a mulher nas autoridades conjugais do *pater*, em seu estado de filha operava para o estado de esposa, não possuía nenhuma capacidade de autonomia ou modificação de estado, bem como poderia ser repudiada pelo esposo, já que não tinha direitos exclusivos. Como pressupõem Santos e Santos (2008), a *materfamilias* (mãe) não poderia transmitir os próprios traços de sua família

ancestral, pois ao casar a mesma passava a cultuar os deuses do esposo, e abandonava as suas relações ancestrais.

Pereira (2002), contribue ao relatar que a civilização romana colocava a mulher em plano secundário, como filha era incapaz, não concernia os mesmos direitos que o homem, sem direito a patrimônios próprios, tampouco possuía a sua independência. Não obstante, naquele agrupamento familiar não concernia para as mulheres habilidades que a reconhecia como mulher casada, já que ao casar saía sob protestas do pai e passava a ser pertencente do esposo.

Em virtude, todos os bens só pertenciam ao *pater* e era por ele administrados, mesmo que fossem obtidos por outros integrantes da família, sendo assim, os escravos também eram pertencentes aos comandos do *pater*. Abrahão (2002) apresenta que, com o passar dos tempos o monopólio do *pater* foi enfraquecido, seja pelo surgimento do casamento sem *manus*, (aquele em que a mulher permanecia sob a autoridade paterna), seja pela possibilidade de os filhos adquirirem determinadas modalidades de patrimônio.

No direito romano o entendimento sobre família para Pereira (2002) é de base patriarcal e aristocrática de uma ordenação, em que as relações familiares eram regidas pelo princípio de autoridade máxima. Abrahão (2002) complementa ao trazer que a família se modifica e passa a ser compreendida a luz dos princípios da doutrina cristã, devido o advento do catolicismo e com a caída do Império Romano no Ocidente.

A moral católica, nos apontamentos de Fiuza (2000), está associada outrem motivos, a família em sua consagração monogâmica acaba afastando os arquétipos da antiguidade do padrão da Idade Média e assim introduz nos padrões de casamento o indissolúvel. Reduziu-se os agrupamentos familiares de pais e filhos no direito canônico, já que estes só eram reconhecidos advindos do casamento, deixando de ser ilimitada aos descendentes como era na família romana

### **2.1.3 A Família na Idade Média**

Na Idade Média é evidente nas relações familiares o comando da igreja católica. Por muitos séculos, o matrimônio religioso era o único que mantinha validade e era unicamente conhecido. Na França, em 1767 surgiu o casamento civil, porém o matrimônio conteve na manutenção do culto religioso seguindo a direção romana, este estava longe de uma acepção afetiva. O nascimento de um filho na sociedade

medieval era fundamental para conquistar objetivos, assim como ocorria na sociedade romana (SANTOS; SANTOS, 2008).

De acordo, com Roudinesco (2003) o papel central em que o pai ocupava na família medieval, representava-se como um modelo familiar de Deus, ele possuía poder absoluto acima de todos. O sacerdote regia sobre os escravos, sobre os filhos, e até mesmo sobre a mulher, desfrutando inclusive acerca da vida e da morte dos membros. O Estado não contestava aos seus castigos, visto que a sua soberania predominava esta autoridade e através de sua morte se extinguiu.

Ariès (1981) corrobora que no modelo de família medieval as coisas não eram tratadas de forma sentimental, aconteciam mais práticas morais e sociais. Até a idade de sete ou nove anos somente, que as crianças sobreviviam com os seus familiares em seus lares, posteriormente com a finalidade de desenvolver os serviços domésticos eram carregadas para a residência de outra pessoa. Cúnico e Arpini (2013) acrescentam que as crianças só retornavam para suas casas quando fossem adultas, mas não era sempre que voltavam, observa-se que desde muito novas eram afastadas de suas respectivas famílias. Considerando-se o modelo de família medieval, é perceptível que as crianças não poderiam manter um profundo sentimento real como pais e filhos.

No entanto, a família na era da Idade Média e começo da etapa Moderna, passou a ter função de somente dar a vida, os bens e os nomes pros filhos, afim de uma valoração de intimidade e sensibilidade no que tange aos filhos, como traz Ariés (1981). A esse respeito, os sentimentos familiares vão se transformando e a família passa a centrar em torno da criança, passando a se preocupar mais com os filhos, que deixam de ser carregados cada vez menos para os lares de outras famílias.

Tal progresso no sentimento familiar na Idade Média, Santos e Santos (2008) reiteram que os jovens passaram a ser submetidos às orientações dos pais em relação à profissão a ser seguida, sendo papel da família em orientá-los os seus afazeres e transmitir de geração para geração as suas ocupações. Desse modo, os ensinamentos religiosos, e a educação da prole eram de responsabilidade desta instituição familiar.

A esse respeito, com o fim da Idade Média, Roudinesco (2003) constata que a família passou a se proteger do mundo público e compartilhar a intimidade voltando-se para um recinto privado. Deixou de lado todas as apreensões da antiguidade, que referiam a completude ao patrimônio, a permanência do nome, bem como a honra de geração. Por meio disto, é possível notar as transformações atreladas ao início da família moderna, fatos marcantes, como as mudanças significativas ao lugar ocupado pela criança na família, que dá início aos ofícios domésticos a fim de aprender e ajudar os adultos em suas rotinas.

Pode-se concluir neste subcapítulo que a trajetória dos filhos na época medieval foi memoriosa já que ocupavam o lugar de assujeitamento. Porém, com o advento da modernidade, a infância se tornou um período de fragilidade e ingenuidade do ser humano, os filhos passam a ocupar outro lugar na família, os quais devem receber para a sua felicidade todos os incentivos possíveis. Ademais, providenciou os casais conjugais a vivenciar em redor dos filhos, voltando-se para a os aspectos da educação, saúde e da promoção de relações afetivas, como assevera Roudinesco (2003). Sob esse apontamento moderno, será descrito mais adiante.

#### **2.1.4 A Família Moderna**

A família conjugal burguesa e/ou nuclear, também denominada de família moderna, surgiu ascendente do século XVIII em conjunto com a ascensão da burguesia, é considerada por um conjunto de valores burgueses e refere-se a união entre um casal e o amor. Requer entre homens e mulheres relações hierárquicas estabelecidas, tal como a valorização da maternidade, em benefício de comodidade para os filhos e um proveito maior em relação a educação da prole, assim compreende (Áries, 1981; Costa, 1983; Reis, 2010; Roudinesco, 2003) proposto por Cúnico e Arpini (2013).

O fortalecimento desse padrão familiar ocasionou em homens e mulheres inúmeras implicações em suas vidas, em virtude de que, dentro do ambiente familiar sucederam divisões de funções, onde as mulheres estavam mais propícias a vida privada, ou seja, encontrava-se nas esferas domésticas fixável, enquanto os homens se dirigiam-se mais a vida pública, nos meios de produção (Reis, 2010; Silva, 2010; Vieira & Souza, 2010) retratam a ideia de Cúnico e Arpini, (2013). Neste contexto, a mulher encontrava-se dependente do marido, tanto no âmbito jurídico, moral, econômico e religioso, tendo asoberbado, tradicionalmente, um papel de submissão em correlação à figura masculina.

Abrahão (2002), retrata que a família moderna, só teria a regulamentação e a proteção do Estado se fosse proveniente do matrimônio, desse modo, esta sustentou-se monogâmica, matrimonial e patriarcal, para que assim fosse reconhecida como modelo familiar. Os agrupamentos de indivíduos que se conservassem pelas relações afetivas ou desejarem manter uma vida em comum, eram marginalizados por fugir a norma de matrimônio.

Nova organização conquista a família no século XX. Atualmente, a maior parte do tempo das crianças são passados na escola, visto que é de responsabilidade da escola o papel de educar. Antigamente, predominava-se o catolicismo nos ensinamentos religiosos para as crianças, porém hoje em dia se tem outras religiões que oferecem os ensinamentos religiosos, e não são necessariamente ministrados em seus lares, como antes. Devido hoje, a liberdade da crença ser direito constitucional, é visto como fraco os ensinamentos religiosos, assim aponta Santos e Santos (2008).

Os referidos autores discorrem ainda que, as transformações ocorridas dentro dos lares são demonstradas de maneira, mas potente. Por sua vez, a mulher concebe direitos semelhantes ao dos esposos, conforme previsto nas legislações atuais, e perante a sociedade e dentro da família o esposo também, passa a exercer o mesmo patamar de obrigações da mulher. Sendo assim, esse modelo familiar se converte para o nuclear, onde a geração dos filhos somente para servir mão-de-obra chega ao fim.

De acordo, com as evoluções da sociedade vigente o entendimento sobre o modelo familiar moderno se altera, em resultância desse fato, o Código Civil de 1916 vai emergindo leis posteriores, e assim a família vai alternando os seus direitos a partir da década de 30, momento em que as leis entraram em vigor (BRASIL, 2000).

Neste âmbito, a união matrimonial perde o vínculo patriarcal anterior, assumindo-se o significado de união afetiva de dois indivíduos e não mais de famílias. Declina-se também a função de única forma de relação legítima, ou seja, passam a existir outros modelos de família, diferentes do modelo clássico proveniente do matrimônio, com o apoio total do direito. De maneira que, as relações afetivas sem provir do casamento passam a ser aceitas pela legislação, como pela sociedade. Na década de 60, aparece então o divórcio, a tendência à ruptura do vínculo matrimonial.

Divórcio? Cabe neste momento trazer breves notas a fim de clarificar este em relação às famílias apresentadas em seu período histórico. Segundo Santos e Santos (2008), o divórcio se dava pelo repúdio, em meio as sociedades primitivas e era restrito ao homem, somente ele possuía o direito de ruptura conjugal nos povos antigos. Na modernidade atual, suspender um matrimônio, ainda se encontra válido entre os povos adeptos ao islamismo, entre os romanos e os gregos também existia a organização do divórcio, entre estes poderia acontecer de maneira consentida ou repudiada. Ao passar dos anos, sucederam modificações políticas, econômicas e sociais, que em companhia com as deteriorações das doutrinas religiosas, proporcionaram na grande maioria dos países, essencialmente os ocidentais a legalização do divórcio.



A Lei 6.515/77, do Divórcio, traz em seu artigo 9º: “no caso da dissolução da sociedade conjugal, pela separação consensual (art. 4º) observar-se-á o que os cônjuges acordarem sobre a guarda de filhos”. No artigo 27 a Lei dispõe sobre o fato de que “o divórcio não modificará os direitos e deveres em relação aos filhos” (DUTRA, 2009, p. 30).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) considera o divórcio como o rompimento do matrimônio, isto é, de acordo com cada país e legislação permite a mulher ou o homem romper-se, concedendo ambas as partes o direito em constituir um outro casamento religioso, civil e/ou outras cláusulas.

Complementando a respeito desta tendência a ruptura do vínculo conjugal, Souza; Beleza e Andrade (2012) contribuem que a Constituição Federal de 1988 é a principal responsável em introduzir na extensão da família novos conceitos e mudanças pertinentes, isto se deu após a Lei do Divórcio. Considerando, tais mudanças foi anulado a antiga estrutura, o que fortaleceu e ampliou a garantia das liberdades públicas e os direitos individuais, devido a esses novos princípios adotados no âmbito constitucional a família contemporânea seguiu novos rumos.

Consideravelmente, diante dessas modificações os índices de divórcios, recomposições, e separações familiares cresceram gradativamente, com isto, elevou-se uma diversidade de arranjos familiares envoltos em complexidade (Grzybowski, 2002; Roudinesco, 2003; Soares, 2008; Wagner, 2002) tais autores corroboram com a ideia de Cúnico e Arpini (2013). Não obstante, no capítulo subsequente será abarcado o entendimento dos arranjos familiares.

### **2.1.5 A Família Contemporânea**

Na família contemporânea ou igualitária a identidade é idiossincrática, homens e mulheres se percebem como diferentes, pessoal e idiossincriticamente, mas como iguais porque são indivíduos. Os sinais estereotipados da diferença entre homem e mulher tendem a desaparecer se confundir ou se multiplicar. As noções de certo e errado perdem suas fronteiras, a noção de desvio de comportamento, pensamento ou desejo perde clareza e se instaura, aparentemente, o reino da multiplicidade de escolhas, que só é restringida pelo respeito à individualidade do outro, assim compreende Burd (2016).

De acordo com Souza et al, (2012) ocorreram transformações que produziram reflexos nas relações familiares, o que vai identificar que a família na contemporaneidade já não é mais a celebração do casamento e sim o afeto que permeia o relacionamento. Nesse sentido, perde-se a vinculação do casamento

anterior que só reconhecia como família aqueles que obtivessem o matrimônio, visto que, a família atual pode ser subentendida como relações afetivas de duas pessoas.

Sob esse entendimento percebe-se que existem outras formas de famílias e não mais uma única forma de união legítima, com apoio total do Estado diferentemente do modelo clássico citado anteriormente que advinha do casamento. Ademais, nota-se que estas novas uniões são concebidas pela legislação e aceitas socialmente (SANTOS; SANTOS, 2008).

Dabus (2012), reforça à era contemporânea, onde através da mudança dos costumes, valores humanos modificam, passando a sua gênese a estar mais fincada no afeto e na valorização da dignidade da pessoa humana, observando as particularidades que envolvem o ser individualmente considerado.

A família mudou tanto em composição, em comparação com os primeiros conceitos, como em seu significado, tal como, no papel de seus membros, Segundo o dicionário da Língua Portuguesa, a palavra família significa:

Grupos de pessoas que possuem relação de parentesco e habitam o mesmo lugar, pessoas cujas relações foram estabelecidas pelo casamento, por filiação ou pelo processo de adoção. Tais como, indivíduos que compartilham os mesmos antepassados e conjunto de indivíduos que possuem qualidades ou particularidades semelhantes (FERREIRA et. al, 2008, p. 396)

A constituição dos grupos familiares primitivo e/ou a família e sua concepção, é uma temática que nas teorias sociológicas abordadas não entra em consenso, visto que, conforme os costumes e valores têm os seus conceitos alterados no decorrer da história. Ademais, existem múltiplas variedades de famílias em que devem ser todas consideradas.

Szymanski (2002) colabora que não se tem um único modelo de família existente, no entanto, pro autor é a força que os laços familiares possuem que conservam unidos os vínculos familiares até o momento, além disso por ser a configuração com maior relevância na comunidade, vem se modificando no decorrer dos tempos, mudanças essas significativas em seu íntimo.

Mioto (1997) contribui que, quando abordado o tema família deduz-se que há uma heterogeneidade de arranjos familiares vigentes na família contemporânea, bem como na sociedade brasileira, por essas razões não tem como pronunciar um único modelo de família, e sim de famílias.

A família pode ser definida com um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ela tem como tarefa

primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura na qual está inserida (MIOTO, 1997, p.120).

Neste caso, entende-se que a família contemporânea se dá por meio de trajetórias representativas, na qual é construída por conjunto de experiências e manifesta-se entre determinados e pertinentes arranjos familiares, tentando apresentar que não há um modelo ideal uniforme de identificar o que é ou não família (ÁLVARES, 2003). Dada a relevância na questão, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas):

“A família é um ente social reconhecido por diversos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), a Convenção dos Direitos da Criança, a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” (UNICEF, 1989 p.36).

Conforme apresenta a ONU (2015), devido a família ser na sociedade a única unidade básica, possui o direito de proteção e apoio total, mesmo existindo diversas formas de famílias em distintos sistemas culturais, sociais, políticos e legais. As mudanças e rapidez socioeconômicas e demográficas em redor do universo, têm provocado consideráveis influências nos sistemas familiares e na vida social, bem como ocasionando alterações em sua estrutura e composição.

Desta forma, a família não é biológica muito menos natural, mas sim, uma configuração empregada pelos homens em ligação, com intuito em replicar às necessidades sociais constituintes em diferentes situações ou tempos. A partir da era moderna, a família não é um fenômeno universal, sendo historicamente datada no momento da passagem da sociedade medieval para a industrial, como afirma Burd (2016).

A esse respeito, para o autor acima citado, qualquer que seja a forma da família constitui-se em torno de uma necessidade material a reprodução. Exerce uma função ideológica também a família. Além da reprodução biológica, a família também promove na sociedade em qual encontra-se inserida projetos globais da sua própria reprodução social. Ela orienta os seus componentes de como comportar-se fora das relações familiares em roda e qualquer situação, é a formadora do cidadão.

Levi Strauss (1956) acrescenta que a vida doméstica assume formas específicas conforme o contexto social de cada época histórica e em cada sociedade. Destaca-se que a instituição familiar não é natural, mas, reforça que o seu entendimento é construído socialmente com suas culturas e normas.

Insta salientar que a família sofreu muitas transformações, Santana (2014) reitera que na estrutura familiar o que era impossível conceder, atualmente é uma realidade almejada, as chefes de famílias nos lares se dá cada vez pelas mulheres mesmo possuindo a existência de um homem, visto que, os casais não aderem mais os casamentos civis e sim às uniões estáveis, por essas razões fica cada vez mais difícil especificar o que é família ou não, mesmo sendo algo muito complexo, nota-se o avanço das famílias monoparentais que crescem a cada dia.

Em verdade, Christiano e Nunes (2013) reforçam que os arranjos familiares estão cada vez mais presentes na sociedade contemporânea, isto, leva a refletir que atualmente não existe na sociedade um único modelo “certo” a ser seguido, deve-se considerar todos os existentes. Assim, Hironaka (2000) aponta como elementos transformadores da família contemporânea a autenticidade, a afetividade, a reciprocidade alimentar, a reprodução assistida, o controle de natalidade, o divórcio, a independência das mulheres e a igualdade e emancipação dos filhos entre outros, que tornaram a estrutura familiar mais maleável e adaptável às concepções atuais da humanidade.

Mas, de certa forma tudo isto se dá nesse novo modelo igualitário, na qual a realidade da família modernizada é ambígua, pois o processo de modernização está longe de ser linear. Visto que uma parte importante da modernização da família se deve à passagem do ideal hierárquico para o ideal igualitário, o outro aspecto é o enfraquecimento das fronteiras entre as categorias homem e mulher e adultos, pais e crianças e filhos. Todos eles se relacionariam a partir do ideal da igualdade, como salienta Burd (2016).

Todavia, nota-se que o modelo cristalizado de família nuclear pai, mãe e filhos na sociedade contemporânea tem sido deixado de lado e seu entendimento está modificando de tal maneira, que atualmente estão reconhecendo as famílias monoparentais, e vêm aparecendo cada vez mais na sociedade. Este fenômeno é composto ou pela figura do pai, ou pela mãe, podendo estar nas condições de separados, solteiros, divorciados ou viúvos e sua prole, família essa escopo desta pesquisa, especificamente a monoparentalidade feminina.

Nessa toada, é imprescindível apresentar os diferentes arranjos familiares, que serão abordados nos próximos capítulos. Para isso Christiano e Nunes (2013), trazem um apontamento concernente a esta pesquisa, frisando que não se encontram enfraquecidas as famílias, pelo contrário, elas deixam de ser modelo único para se transformar em outros modelos familiares.

## 2.2 COMPREENDENDO OS ARRANJOS FAMILIARES: AS TRANSFORMAÇÕES EM UMA SOCIEDADE FRENTE AOS NOVOS ARRANJOS.

O capítulo anterior possibilitou a compreensão a respeito do percurso histórico da concepção de família. Como mencionado de forma geral, a família é uma configuração básica e primordial para a constituição da cidadania. Considera-se o seu papel como fundamental por cuidar, educar, amparar, dar afeto às crianças e aos adolescentes que nela se incluem. Tornou-se, perceptível verificar por meio da evolução da sociedade a composição de vários arranjos familiares, assim como pressupõem Souza; Beleza e Andrade (2012), será explanado a seguir.

A esse respeito, para conceder base e compreensão dos arranjos familiares os autores supracitados, corroboram que a compreensão de arranjo familiar é o da formação de família, este pode ser entendido com laço consanguíneo, ou não, basta estar convivendo sob o mesmo lar, de maneira em que o padrão de organização, a relação de afeto e a função dos papéis familiares, definam o modelo que encontra-se inserido.

De acordo com o último senso demográfico do IBGE (2010), 50,1% das múltiplas organizações familiares ultrapassaram as famílias nucleares. Considerando este aumento, não referimos que está sendo eliminada a família nuclear. O que está ocorrendo na verdade é o crescimento de novos arranjos, assim aponta Christiano e Nunes (2013). O IBGE (2010), listou 19 tipos de parentesco encontrados no Brasil. Destaca-se que na composição familiar existe uma grande mudança, nas relações sociais e de parentesco identificam-se não somente uma formação de família, mas sim, novas famílias.

Sob essa perspectiva, buscando uma melhor compreensão do assunto, serão classificados alguns destes modelos de arranjos familiares encontrados atualmente. Estes arranjos encontram-se divididos em família nuclear ou patriarcal, famílias reconstituídas ou recasadas, famílias homoafetivas, famílias multigeracionais ou avós como referência familiar, e a família monoparental escopo desta pesquisa, apresentados em sequência.

### **2.2.1 A Família Nuclear ou Patriarcal**

A família nuclear teve grande importância no processo de formação da sociedade. Alves (2009) entende que diferentemente da família patriarcal tradicional, esta é uma configuração familiar composta por apenas o núcleo, representado principalmente pelo pai, o chefe da família, seus descendentes legítimos e pela sua esposa. Os membros da família nuclear casavam-se, e em outro domicílio eles constituíam a sua própria família.

Na família nuclear era incomum noras, genros e netos se agruparem em volta dos filhos casados, isto propicia analisar, que a família patriarcal é diferente, já que o chefe da família não tinha um poder total de mando. A autoridade paterna acabava diminuindo por conta de sua ausência no lar, este possuía total dedicação aos negócios. A mulher tomava conta do lar assumindo todas as responsabilidades e deveria ainda educar os filhos, como aponta o autor Alves (2009).

Esse modelo de família nuclear nos reflete bastante aos moldes de família no direito romano mencionado no capítulo 1, onde o patriarca preserva a linhagem e a honra familiar e cuidava dos negócios, este procurava exercer sobre a mulher a autoridade, bem como em seus filhos e demais dependentes. Como destacam Kroth et al., (2008), depois de casadas as mulheres saíam da tutela do patriarca e passava para a do esposo, deveria cuidar da casa no desempenho das atividades domésticas e dos filhos.

Nessa logística, homem e mulher eram vistos como naturalmente desiguais no modelo nuclear de família. Essas desigualdades podem ser comparadas às diferenças naturalizadas entre pobres e ricos. De acordo com Almeida (1999), todos os homens são iguais perante a lei, os ricos enriquecem e os pobres empobrecem por causa das leis naturais do mercado. Grosso modo, existem sempre leis que regem os direitos da mulher e do homem colocando cada um em seu lugar, uma valorização do sexo masculino.

Em razão disso, com a nuclearização da família os filhos passaram a ter um tratamento diferenciado, Esmeraldo (2011), certifica que eles ocuparam o centro da família e eram objetos de todos os tipos de investimentos, afetivo, claro, mas também econômico, educativo, existencial. Como herdeiro, o filho é o futuro da família, tendo sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte.

### **2.2.2 A Família Reconstituída ou Recasada**

As famílias reconstituídas são um dos arranjos familiares que vem crescendo notoriamente, mostrando-se cada vez mais presente no contexto social. Grisard Filho (2010) compreende esse arranjo com uma organização familiar originado da união estável de um casal ou do matrimônio, estes membros reconstituídos ou recasados podem ter vários filhos do casamento anterior ou apenas um, sendo assim nessa família ao menos um dos membros é madrasta ou padrasto, ou, que apresente pelo menos um filho de uma união anterior de um dos membros.

Christiano e Nunes (2013) fortalecem a ressalva de que as famílias reconstituídas possuem uma constituição familiar nova como base, é necessário que ambas as partes ou apenas uma destas tenha tido anteriormente outros relacionamentos, e possivelmente passaram por um divórcio, separação, e ademais possuíram ao menos um filho desta relação anterior. O que ajusta o seio familiar nestas famílias por vezes, é a convivência com padrastos, madrastas, meio irmãos, irmãos, quase irmãos, tias e avós entre outras pessoas.

Tal modelo, segundo a ideia de Gouveia (2010), proposto por Cristiano e Nunes (2013) o cônjuge só poderia se casar novamente após ficar viúva o viúvo, esta concepção foi gerada até o final do século XX. Porém, com o advento da lei 6.515/77 trouxe a autorização do divórcio o que acabou causando a possibilidade de ruptura do vínculo entre os casais, as relações que se encontravam desgastadas poderiam ser rompidas e os membros poderiam viver novas uniões amorosas, afim de garantir possibilidades ao indivíduo, para que esses pudessem recomeçar ao lado de um novo afeto amoroso, e assim formar uma família nova com novas aspirações, novas relações e filhos novos ou segundos.

De acordo, com os dados do IBGE (2010), os quais fornecem base complementares sobre o assunto discorrido, em 10 anos quase dobrou a taxa de divórcio. Identificou-se nas pesquisas um aumento de 3,1% em 2010 dos divorciados, em comparação com o percentil no ano 2000 de 1,7%. Devido ao aumento dos novos matrimônios, considera-se o crescimento das famílias reconstituídas ou recasadas.

Nota-se, com isso, que a ruptura das relações deixa de ser referida exclusivamente à viuvez, e a majoritária do término do casamento é em fonte do divórcio. Em virtude disto, Guimarães e Amaral (2009) salientam que com o advento do divórcio casais passaram a se separar em curto prazo, visto que, em média os casamentos de antes possuíam 15 a 40 anos de convivência e só se separavam devido a viuvez. Conforme modifica a sociedade, as pessoas passam a se dar conta que seus casamentos precisavam ser desfeitos, e assim o faziam ou desfaziam quando não dava mais certo.

Nessa família, sob a óptica de Hintz (2001) amplia-se o relacionamento familiar, já que, possivelmente haverá os filhos do casal atual, mesclado com os filhos do casal original, e com os filhos dos outros casamentos dos parceiros. Sendo assim, nesses relacionamentos quanto aos deveres e direitos de cada um podem surgir impasses, e isto, pode ocasionar ao casal graves conflitos. É capaz de haver também nessa configuração familiar disputas entre os irmãos e os filhos desse novo casamento, visto que, muitas vezes esses filhos não sabem qual o papel a ser desenvolvido por cada membro.

Porém, com sustentáculo acima em razão das famílias reconstituídas faz-se necessário um investimento maior em cada um de seus membros na preparação de situações anteriores, para que assim possa usufruir de um entendimento mais saudável e harmônico.

### **2.2.3 A Família Homoafetiva**

A homossexualidade fez-se presente desde os primórdios da humanidade, diversos estudos antropológicos salientam esse arranjo familiar em culturas diferentes, e em muitas sociedades este vínculo amoroso é considerado normal. No século XIX, a partir de sua segunda metade, o homoerotismo (relação erótica de pessoas do mesmo sexo) por razões variadas foi condenado, sendo considerado doença, crime, perversão sexual e desvio de norma, conforme afirma França (2009).

Aludido autor discorre que, com o passar dos anos a Associação Americana de Psiquiatria em 1973, retirou da sua lista de distúrbios psiquiátricos o Homossexualismo, entretanto, em 1995 apenas a OMS (Organização Mundial da Saúde) deixou de considerar a homossexualidade como uma doença. Se antes Homossexualismo era entendido como doença por desvio da personalidade, hoje a OMS, DSM V (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais) e CID 10 (Código Internacional de Doenças) não reconhecem como doença ou patologia, manter essa palavra pode ocasionar um desconforto, não pela expressão em si, mais por sua serventia no passado, assim utiliza-se homossexualidade. Deste modo, o que vem acontecendo vagorosamente, é que se abriam as portas para as pessoas que tem relações sexuais e afetivas com indivíduos do mesmo sexo passa a ser compreendido como alguém que tem uma orientação sexual diferente da maioria apenas.

A esse respeito, Dias (2012) refere a sexualidade como apenas um elemento integrante que abrange a dignidade humana, ou seja, da própria natureza humana. O



ser humano tem o direito de exigir respeito ao livre exercício da sexualidade e sem liberdade sexual o indivíduo não se realiza, tal como ocorre quando lhe falta qualquer outra das chamadas liberdades ou direitos fundamentais. Por esses motivos, ao longo do tempo a homoafetividade ganhou mais espaço tornando-se cada vez mais visível na sociedade, adquirindo assim os seus direitos.

O direito à homoafetividade, além de estar amparado pelo princípio fundamental da isonomia, cujo corolário é a proibição de discriminações injustas, também se alberga sob o teto da liberdade de expressão. Como garantia do exercício da liberdade individual, cabe ser incluída entre os direitos de personalidade, precipuamente no que diz com a identidade pessoal e a integridade física e psíquica. (DIAS, 2012, p. 04).

Partindo deste apontamento acima citado, torna-se possível compreender que qualquer discriminação baseada na orientação sexual do indivíduo configura-se claro desrespeito à dignidade humana. Todavia, conforme os avanços vão se consolidando Diniz e Alencar (2011) fomentam as chamadas uniões afetivas como a união de pessoas do mesmo sexo, e perante a Lei essa entidade não possuía validade, no entanto, por compreenderem que as pessoas possuem e têm os mesmos direitos, relacionando com os direitos dos heterossexuais, esta entidade familiar passou a ser reconhecida como união estável.

As famílias homoafetivas em relação ao Censo 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística proposto por Silva e Silva (2015) revelou que o novo arranjo familiar no país começa a ganhar expressividade. De acordo com o levantamento, 60 mil famílias homoafetivas vivem no país. O número corresponde às relações estáveis com pessoas do mesmo sexo, oficializadas legalmente. O cenário destacado é uma realidade vivenciada por um seguimento da população brasileira.

Vale ressaltar que as famílias homoafetivas são uma dentre as várias formas de famílias, parte da união, do vínculo de afeto, entre pessoas de mesmo sexo, (SILVA e SILVA, 2015). Contudo, com base no assunto discutido pode-se constatar que as famílias homoafetivas aplicam o princípio de melhor interesse da criança, pretendem unificar o vínculo afetivo unindo os adotantes ao adotado.

Sendo assim, diante do que foi exposto é possível concluir que essa união familiar alega quaisquer danos psicológicos e sociológicos ao filho criado em um ambiente homoafetivo.

#### **2.2.4 A Família Multigeracional ou Avós como Referência Familiar**

Numa sociedade caracterizada pela heterogeneidade e pela complexidade dos domínios sociais e simbólicos, a família tem constituído um campo importante de análise e investigação sobre a mudança e a permanência de padrões sociais e culturais, visto que o futuro da família como instituição é colocado em questão no momento em que se depara com a presença de organizações familiares diferentes, num contexto social marcado, há alguns anos, por padrões familiares mais homogêneos, pelo menos ao nível de sua expressão simbólica, como destaca Barros (1987).

Diante das transformações ocorridas nos âmbitos psicossocial e familiar, Falcão e Salomão (2005) reiteram que os avós aparecem como figuras peculiares ao expressarem, através de suas histórias, o desenrolar das mudanças e reformulações da vida em família, eles atestam ao mesmo tempo a permanência de determinados padrões sociais e culturais, visto que, o papel dos avós deve ser preciso na junção de sistemas simbólicos distintos.

A este respeito, Barros (1989) inclui no meio familiar que os avós representam a imagem da união entre seus antepassados e seus descendentes. Papel semelhante é desempenhado pelos empregados domésticos que trazem às famílias de camadas sociais mais favorecidas o passado da sociedade reconstruído com outros olhos e com outros interesses.

Nesse cenário, compreende-se que os avós como referência familiar são de suma importância para os netos, já que este atribui o papel de pais em algumas situações, tais como, divórcio e recasamento dos filhos, abandono dos pais, morte do pai ou da mãe da criança, entre outros. Observam-se com isso, as mudanças nos laços afetivos e até na relevância do papel de avós a ser consumado nas relações familiares.

Sob esta perspectiva, Arrais et al. (2012) entende que existem os avós que cuidam dos netos apenas por um período do dia, para que os pais possam trabalhar e por não terem outro local onde deixar as crianças. Como há também, aqueles que cuidam em tempo integral, porque toda a família reside nos chamados lares multigeracionais, ou seja, gerações atuais passam representar gerações anteriores, devido a, por exemplo, problemas financeiros.

Para os referidos autores, os avós atribuem responsabilidades total pelos netos quando ambos os pais não residem no mesmo lar, esses avós acabam sendo os pais substitutos, os quais ocupam e cumprem este papel, sendo um cenário propício aos avós. Quando referimos essa substituição de papéis, por oras observamos que os netos acabam chamando os seus avós carinhosamente de pais, esta transferência de

papel acaba extrapolando os limites práticos e instrumentais das partes envolvidas, por inserir no imaginário situações como estas.

Não obstante, Cardoso (2010) sustenta que há um significativo aumento de avós que exercem funções parentais em resultância das modificações nas relações familiares. Entre as diferentes gerações há uma troca de experiências, e a construção de laços solidários permite uma possibilidade de interação. Como resultado dessa mudança há de destacar aspectos positivos e negativos para os avós se tornarem responsáveis pelo cuidado de seus netos.

Dentre os aspectos positivos Lopes e cols. (2005) salientam que há satisfação para os avós em prover a nova geração, a sensação de dever cumprido e de renovação, além de que ter companhia afasta o sentimento de solidão. Ainda para os autores, os efeitos negativos para os idosos seriam a queda na qualidade da saúde física e emocional, alterações na vida social e familiar, sobrecarga financeira e estresse. Porém, pode-se concluir que mesmo com os aspectos positivos e negativos não se pode negar que os avós fazem parte do fictício social e é evidente o papel dessas figuras na cultura, na sociedade e na família.

### **2.2.5 A Família Monoparental**

A Constituição Federal de 1988, concerne nas alterações axiológicas que foram introduzidas nas relações familiares, promovendo a tutela constitucional das entidades familiares, além da atribuição de um novo sentido à família, como instrumento para o desenvolvimento da personalidade de seus membros, fundado no princípio da dignidade da pessoa humana. Sobre a base dos valores constitucionais, são delineados novos contornos para o direito de família, a partir dos quais deverão ser disciplinados os institutos jurídicos atinentes à matéria, assim preconiza Lacerda (2006).

Frente às modificações sucedidas no âmbito das famílias brasileiras, em 1988 junto a nova Constituição Federal (BRASIL, 2000) seja qual for os pais e seus provenientes é assentido como organização familiar. Com isto, reconhece as famílias monoparentais, e modifica a compreensão da sociedade sobre a configuração familiar composta por pai, mãe e filhos. Nessa essência, na atualidade atual, um arranjo que está crescendo notoriamente na sociedade é a família monoparental, a qual se dá pela figura da mãe ou do pai, e estes podem estar divorciados, separados, solteiros ou viúvos e sua prole.

A Constituição Federal define em seu art. 226, § 4º a família monoparental:

Como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, a mesma pode-se originar de uma união desfeita, em que conviviam pais e filhos e, após a dissolução, passou-se a conviver um dos pais com os filhos; pode-se formar também quando advier a morte de um dos cônjuges; ou de mães solteiras que optaram pelo celibato; das diferentes formas possíveis em que se possa imaginar apenas um dos genitores convivendo com seus filhos (BRAIDO, 2006, p. 26).

Ademais, pode ser vista como uma família monoparental, aquele homem ou mulher que se encontra só, executando a ocupação de fornecer as responsabilidades em um ou em uma quantidade maior de filhos. Este agrupamento familiar pode tanto viver solitários, ou em casa de avós paternos ou maternos. Possibilitando a inclusão desse modelo familiar, a Constituição Federal/88 (art. 226 § 4.º) considera uma entidade familiar quaisquer membros, pais e seus descendentes (BRASIL, 1988).

Em relação à origem da expressão famílias monoparentais, foi empregada na França para denominar os indivíduos que vivem em lares domésticos e se encontram sem cônjuge com vários ou somente um filho de ao menos 25 anos e solteiros (LEFAUCHEUR, 1997) corrobora com Vitale (2002). Já no Brasil não possui uma idade para pertencer a famílias monoparentais. Com base em estudos corroborados por levantamentos do IBGE (2010), observa-se que a família monoparental, sobretudo é aquela formada pela mãe e seus descendentes e nas últimas décadas vem aumentando gradativamente.

Não obstante, Leite (2003) reconhece que a monoparentalidade não é um acontecimento recente, a todo momento se fez presente, porém a monoparentalidade se concedia na antiguidade essencialmente por conta da viuvez (estado social quando um conjugue fica quando o outro morre), já que a população possuía uma expectativa de vida menor. Todavia, as famílias vêm avançando nos últimos tempos, principalmente com a lei do divórcio (Lei nº 6.515 de 26/12/1977) em que as instituições monoparentais foi crescendo gradualmente.

Lacerda (2006) contribui que a família monoparental inexistia no mundo jurídico, embora real no mundo dos fatos, não só como resultante da viuvez, mas especialmente caracterizadas por mães solteiras, que, no entanto, não eram aceitas pela sociedade, constituindo-se como meros objetos de reprovação e desprezo. As pessoas provenientes destas relações, tal como oriundos de outras entidades não fundadas no casamento, eram consideradas ilegítimos, e como tais, discriminados.

Por essas razões, subsistia o entendimento de que a assimetria de tratamento dos filhos, por sua condição de origem, não respaldava nos princípios de amparo da família, mas, na proteção do patrimônio familiar. Entretanto, no decorrer dos anos

modificou-se o meio de se conceber uma instituição monoparental. Anteriormente, era destacado os atributos relevantes nesse modelo familiar, na qual, a mulher era sempre vítima de eventualidades ocorridas, sendo a grande maioria destas solteiras e seus filhos, tal como viúvas e seus descendentes. Nem sempre as mulheres optam por conceber os filhos sozinhas, muitas das vezes são abandonadas pelos seus esposos ou, com a morte destes, acabam ficando com a prole sozinha (BALIANA, 2013).

Ainda para a autora, o matrimônio tem parado de ser o principal objetivo, visto que, através do perpassar dos anos aconteceram muitas mudanças significativas na sociedade e na figura feminina, já que estas ganharam mais autonomia e com o ganho da escalada no mercado de trabalhado tem se beneficiado financeiramente. Sendo assim, o desenvolvimento que se tem atualmente, possibilitou as mulheres conceber os seus filhos e criarem estes sem a necessidade de um vínculo conjugal; o desenvolvimento das técnicas artificiais de fertilização também propiciou a escolha da mulher, assim como os métodos contraceptivos.

Ribeiro (2011) constata que cada vez mais a monoparentalidade tornou-se uma escolha, assim como a escolha em separar-se do esposo ou companheiro, buscando a guarda da criança para si, quanto á escolha de se ter um filho sozinha, por meio de adoção ou de técnicas de reprodução artificial. O esquecimento do casamento foi uma consequência, já que as mulheres que encontravam-se cada vez mais independentes no mercado de trabalho. Em função disso a vida de solteiro acabou tornando-se uma opção almejada, e mais comum na atualidade, em detrimento do que ocorria há alguns anos quando o matrimônio era praticamente uma imposição social.

É possível compreender, com supedâneo nas lições dos autores citados acima, que por outro lado, ser mãe solteira nem sempre é uma opção, se porventura venha ocorrer uma gravidez indesejada ou até mesmo, advinda de uma separação, morte ou abandono, entre outras. Pode vir acarretar para essas mães solteiras sofrimento psíquico, discriminação, autoestima baixa, índice de desemprego, tais como outros fatores. Por essa razão, Dias (2007) afirma que as famílias nos lares monoparentais, necessitam que os cuidados com os filhos sejam redobrados, pois estes manifestam em sua estrutura uma fragilidade, e as mães não contam com nenhum tipo de apoio dos pais dos filhos, por esse motivo, faz-se necessário que o Estado preste mais auxílio a essas configurações, e propicie ajuda de várias formas a esses grupos familiares que precisam de uma atenção especial.

Sob este prisma, a mulher nestas condições assume uma jornada de trabalho dupla, onde se sente unicamente responsável por toda a família, com o intuito em preencher as necessidades básicas de seu lar. Conforme Barroso e Bruschini (1981), essa dupla carga de responsabilidades, caminham juntas com uma culpabilização de

insuficiências, na manutenção econômica e nos cuidados de seus filhos. Muitas destas incapacidades segundo as referidas autoras, são acometidas pela sociedade, mas que acabam colocando a culpa na vítima, por ocultar os fatores sociais pela ideologia.

A este respeito, Braido (2006) afere que a sociedade impõe a situação econômica deteriorizada das mulheres separadas e divorciadas com filhos. Pelo fato, de que muitas encontram-se fora do mercado de trabalho antes da separação e assim, encontram dificuldades em adentrá-lo. Já as que estavam empregadas acreditam que seus vencimentos não são suficientes para sustentar uma família. Os pais divorciados nunca continuam sustentando seus filhos como deveriam e por isso é possível notar que as famílias monoparentais sempre experienciam um declínio no padrão de vida em relação ao que tinham quando eram casadas.

Vitale (2002) afirma que por estas razões apresentadas acima, muitas vezes a monoparentalidade é associada a pobreza, construindo assim um estigma social, por referir que as mulheres sem uma figura masculina são incapazes de amparar a sua família. De outra forma, ao assumir suas famílias as mulheres obtiveram um ganho maior de independência. Todavia, essas associações anulam o potencial autônomo das famílias, pelo fato de que, ao serem vistas como vulneráveis ou de risco acabam as classificando e fortalecendo estes moldes.

Nada obstante, Carvalho (1998) respalda que existe uma complexidade a qual vincula a pobreza e a chefia feminina. A princípio, as condições de empobrecimento não se referem a chefia feminina, isto pode estar relacionado aos procedimentos sociais que subsidiam o posicionamento da mulher na sociedade, são diversos fatores que estão relacionados nas decisões das mulheres em persistir ficar sozinha. Como mencionado, o Estado pode otimizar as oportunidades de emprego, e também os familiares podem fornecer suporte a essa rede.

Todavia, não se tem clareza que em domicílios chefiados somente por homens ou domicílios com vários trabalhadores dão subsídios melhores para todos os membros que ali habitam. Nota-se, nas residências carentes chefiadas por mulheres, os recursos aos membros é mais acessível e democrático, observa-se nesta organização um patrimônio melhor, como indaga Carloto (2005).

## 2.3 AS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS E EMOCIONAIS DA MONOPARENTALIDADE PARA OS FILHOS

Os capítulos anteriores proporcionaram o entendimento acerca do percurso histórico da família, bem como a compreensão dos diversos arranjos familiares presentes em nossa sociedade. Por meio destes conteúdos abordados anteriormente, tornou-se evidente o quanto os indivíduos filhos de mães solteiras sofrem e resistem as discriminações perante a sociedade, em razão de que estas apresentam-se fora do modelo familiar aceito socialmente e que “deve” ser seguido como padrão de normalidade e família. São diversas situações que estes filhos vivenciam enquanto criança e até mesmo no decorrer da fase adulta, desencadeando, por vezes, implicações tanto psicológicas, quanto emocionais.

Acredita-se, no senso comum, que o modelo ideal de família para a criação, educação e desenvolvimento das crianças é a família nuclear ou patriarcal, ou seja, aquela composta pelos pais e seus filhos. Braidó (2006), afirma que a família é o meio ideal para as crianças se conceberem, pois elas precisam de um ambiente familiar, um lar seguro e acolhedor para que suas necessidades sejam melhor supridas. No entanto, nem sempre as crianças têm possibilidade de crescer em um lar “completo” o que pode acarretar certos problemas psicológicos e emocionais aos filhos.

Frisa-se que estes possíveis problemas não são oriundos de um arranjo familiar diferente do tradicional, mas sim das pressões, cobranças, apontamentos e julgamentos da sociedade frente aos novos e contemporâneos arranjos familiares. Essa compreensão torna-se importante nesta pesquisa visto que a problemática ainda é recaída sobre os novos arranjos e não sobre a inferência da obrigatoriedade de constituição familiar tradicional aceita socialmente.

Muitas implicações psicológicas referem-se à ausência paterna, nas expectativas dos filhos e nos sentimentos destes em constituírem uma “família normal”, como visto, pela sociedade ser concebido por uma mãe solteira é anormal,

desviante, ocasionando assim, sentimentos de tristezas, ansiedades e revoltas nos filhos. É admissível considerar que, por vezes o status matrimonial tenha tanta influência quando associado a outros fatores familiares, sociais e emocionais perante a sociedade.

Em relação aos aspectos emocionais, de forma global têm sido assinalados as famílias de mães solteiras por terem maiores dificuldades com os papéis maternos, devido ao pouco envolvimento com os filhos, por conta dos afazeres e da busca do sustento da casa, podendo deixar carecer afeto e interação com os filhos. Olhando um modelo de família tradicional pai e mãe, como já explicitado, os pais nas famílias nucleares tendem a cumprir com as obrigações trabalhistas e as mães serem mais envolvidos com os filhos.

Nesta toada, é importante ressaltar que não são todas as pessoas que sofrem ou sofreram discriminações, ainda existem contradições nas literaturas sobre o desenvolvimento da criança e sua dinâmica familiar, uma vez que existe múltiplos modelos familiares. No entanto, com base nos resultados de algumas pesquisas, observou-se que as crianças que vivenciam em lares de mães solteiras podem se desenvolver sem prejuízos, em comparação com as que vivem em lares de mães casadas, Lansford et al., (2001) destaca esta ideia.

Sob está premissa, referir-se a monoparentalidade feminina é muito complexo, já que são contextos de vidas diferentes, mas com sentimentos semelhantes, por essa razão, interessa destacar que advir desta configuração familiar pode ocasionar, como já mencionado, implicações psicológicas e emocionais. Nesse contexto, é perceptível a relevância do psicólogo no âmbito familiar, pois ser mãe solteira nem sempre é a primeira opção, geralmente elas crescem acreditando que será mãe da forma convencional, e que o casamento será para sempre, porém por diversos motivos pode levá-la a ser uma mãe solteira, seja ela divorciada, viúva, reconstituída, homoafetivas e entre outras. Todavia, o status conjugal da mãe tem muita influência na vida dos filhos, são vantagens e desvantagens que permeiam os sentimentos dos filhos.

Para tanto, a psicologia poderá auxiliar os filhos em suas angústias, sentimento de tristeza e ansiedade ajudando-o a reorganizar a sua vida e compreender melhor sobre este contexto familiar em qual está inserido e assim lidar com uma sociedade que ainda estigmatiza aquele que foge dos seus padrões estabelecidos. Araujo e Freire (2014), corroboram que o psicólogo(a) exerce o seu papel em função de amparar as pessoas a minimizar suas angústias e ansiedades, promovendo uma atmosfera de acolhimento, compreensão e calor humano.

Por fim, conclui-se que o papel do psicólogo é preponderante no âmbito familiar, especialmente para os filhos quando criança, como depois da fase adulta,



com o objetivo primordial dos mesmos se sentirem bem consigo próprio, com os que se relacionam, e saber lidar com as adversidades a sua volta, que é trazido não obrigatoriamente pela constituição familiar, mas sim embutida nas relações humanas que tendem a dificultar, estigmatizar e rotular os filhos que tem sua constituição familiar construída de forma diferente. Frisa-se que estas intercorrências, por vezes veladas e por outras explícitas ocasionam um sofrimento muito maior do que a família propriamente dita.

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Compreender a percepção de filhos de mães sobre a monoparentalidade.

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Apresentar os diferentes arranjos familiares no percurso histórico da humanidade;
- ✓ Entender quais efeitos deste arranjo familiar não tradicional pela perspectiva dos filhos;
- ✓ Discutir os aspectos psicológicos, emocionais e sociais da monoparentalidade para os filhos.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 PROCEDIMENTOS – O DESENVOLVIMENTO EMPIRICO DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa, inicialmente a pesquisadora entrou em contato com o responsável da Instituição Particular com o objetivo de apresentar verbalmente os objetivos e procedimentos da pesquisa e a importância de realizá-la, buscando esclarecer quanto as questões éticas envolvidas, como o sigilo das informações obtidas e o anonimato dos participantes incluídos. Este contato foi realizado com o projeto impresso, já cadastrado na plataforma e protocolado na Instituição. O aceite se deu através da assinatura do responsável pela instituição, o Sr. Diretor Geral, na carta de anuência (Anexo 2) que posteriormente fora anexado a plataforma Brasil para os tramites de apreciação da pesquisa em questão no CEP - comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos.

A partir do parecer favorável do CEP em 20 de agosto de 2018 sob o n. 89824218.9.0000.5601, deu-se sequência a pesquisa. Contatou-se aos coordenadores de curso, líderes de turmas e chefias, afim de que estes indicassem pessoas filhas de mães solteiras para cooperar com a pesquisa. Com a lista de indicações, foi feito o primeiro contato por telefone com os participantes, explicitando em linhas gerais a pesquisa, e assim neste contato foi agendado um encontro de acordo com sua disponibilidade em termos de dia, horário e local.

No encontro, agendado previamente, foram-lhes apresentados os objetivos do estudo e solicitado o preenchimento do questionário sociodemográfico de identificação (Apêndice A) com dados já referidos e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo 1), para que o lessem e o assinassem concordando em participar do estudo. Ressalta-se que houve a opção de escolha do participante em participar ou não da pesquisa. Entretanto não houve desistência, todos aceitaram participar.

Consentido então estes documentos pelos participantes, procedeu-se às entrevistas semi-dirigidas, compostas por cinco perguntas norteadoras (Apêndice B) as quais, foram gravadas, visto que cada uma das entrevistas durou aproximadamente 35 minutos.

Para Trivínos (1987), a entrevista semiestruturada:

(...) é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu

pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (Trivínos, 1987, p.174).

Entende-se que esta forma de entrevista se assinala como uma importante estratégia para a coleta de dados desta pesquisa científica, pois ela permitiu a pesquisadora compreender melhor a subjetividade do seu objeto de estudo - nesta pesquisa, as concepções dos filhos de mães solteiras. O que justifica a não validação do instrumento, ou entrevistas pilotos prévias.

O processo de levantamento de dados teve início após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com tramitação que teve a duração de aproximadamente 3 meses, tendo iniciado em 16 de maio de 2018 finalizando em 20 de agosto de 2018. Após parecer favorável, iniciou a coleta dos dados com as entrevistas semi-dirigidas e posterior análise e discussão dos resultados, finalizando a pesquisa em outubro do mesmo ano.

Os dados foram analisados qualitativamente utilizando-se do método de análise de conteúdo, utilizando a técnica de categorização proposto por Bardin (1977), seguido de uma contabilização de frequência.

A autora argumenta que a análise de conteúdo, é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (tradução nossa) (BARDIN, 2009, *apud* MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

Em posse das respostas é realizado a leitura flutuante, ou seja, a pré-análise, das respostas de cada participante a cada pergunta, para escolher o melhor título que demonstre o significado das respostas, assim há uma articulação entre os elementos afetivos, mentais, sociais, expressos através da linguagem e da comunicação dos participantes.

O critério de categorização adotado nesta pesquisa foi o semântico, em que as categorias foram organizadas por temática. E assim pode perfazer a contabilização das frequências diante das categorias que emergiram de cada resposta. Os dados pretendidos foram analisados e tabulados questão por questão, utilizando programa Microsoft Excel 2010 para a confecção das tabelas e gráficos. Após a tabulação foi feito a análise geral dos dados.

## 4.2 PARTICIPANTES

A amostra desta pesquisa foi constituída por dez participantes que advém da monoparentalidade feminina, sendo filhos de mães solteiras. Todos esses estão na Instituição que será caracterizada a seguir. Dentre esses, foram entrevistados um total de dez pessoas sendo 5 homens e 5 mulheres com idade superior ou igual a 18 anos, incluindo discentes e docentes. Ressalta-se que a amostragem desta pesquisa foi realizada por conveniência, os participantes selecionados estavam prontamente disponíveis, para tanto não foi necessário o uso da técnica de critério estatístico.

Em função do sigilo, para manter ocultas a identidade e resguardar os nomes dos participantes da pesquisa, cada participante recebeu uma identificação que corresponde a um número, por exemplo, o primeiro participante é indicado como P1 e assim consecutivamente. Frisa-se que estas pessoas aceitaram contribuir para esta pesquisa sem ressalvas ou investimento financeiro.

A primeira participante (P1), atualmente com 25 anos, sexo feminino, solteira, pós-graduada, docente e coordenadora do curso, filha de mãe viúva. O P2, tem 21 anos, sexo feminino, solteira, discente do curso de Psicologia possui ensino superior incompleto, também filha de mãe viúva. O P3, tem 25 anos, sexo masculino, solteiro, docente e coordenador, ensino superior completo, filho de mãe divorciada. O P4, tem 28 anos, sexo feminino, solteira, discente do curso de Direito possui ensino superior incompleto, filho de mãe divorciada. O P5, tem 23 anos, sexo masculino, solteiro, discente do curso de Engenharia Civil possui ensino superior incompleto, filho de mãe divorciada. O P6, tem 22 anos, sexo masculino, solteiro, discente do curso de Psicologia possui ensino superior incompleto e filho de mãe divorciada. O P7, tem 21 anos, sexo feminino, solteira, discente do curso de Psicologia possui ensino superior incompleto e filho de mãe divorciada. O P8, tem 23 anos, sexo masculino, solteiro, discente do curso de Direito possui ensino superior incompleto e filho com família reconstituída. O P9, tem 22 anos, sexo feminino, solteira, discente do curso de Psicologia possui ensino superior incompleto e que tem a avó como referência familiar. O P10, tem 24 anos, sexo masculino, solteiro, discente do curso de Psicologia, ensino superior incompleto e filho de mãe divorciada.

Para uma melhor apreensão, estes dados foram organizados e apresentados nos resultados e discussões deste trabalho.

### 4.3 MATERIAL E INSTRUMENTO

Utilizou-se para a coleta de dados da presente pesquisa o seguinte material:

✓ carta de anuência da instituição: elaborado e entregue a instituição solicitando a autorização para realizar a pesquisa;

✓ um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): apresentado ao participante para ler as informações e objetivos, declarar ter recebido informação sobre o propósito da pesquisa e assiná-lo, dando seu consentimento (anexo 1);

✓ questionário sociodemográfico: entregue aos participantes previamente às entrevistas, com o objetivo de levantar informações pertinentes à pesquisa, com a solicitação de que a preenchessem com os dados de identificação (apenas iniciais), curso ou cargo, nível de escolaridade, data de nascimento, sexo, estado civil, filhos, é filho (a) de mãe solteira (apêndice A);

✓ gravador de voz: digital com USB incorporado inclui 4 GB de memória agregado, oferece um tempo máximo de gravação de 59 h 35 m durante a gravação, pode expandir a capacidade de memória com um cartão micro SD para até 32 GB de memória adicional, equivalente a mais de 536 horas de tempo de gravação, utilizado para o registro dos dados em voz, para posterior transcrição dos dados.

✓ canetas azuis e papel sulfite pela pesquisadora para analisar os dados de cada participante.

✓ O instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa foi um roteiro de perguntas semiestruturado, que fora elaborado pela própria pesquisadora composto por uma entrevista semidirigida com cinco questões norteadoras, construído de forma a atingir os objetivos da pesquisa, o qual possibilitou uma maior flexibilidade no decorrer da entrevista.

### 4.4 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

Neste componente é apresentada uma breve caracterização da Instituição de Ensino Superior, particular, na qual se realizou a pesquisa, podendo ser participantes discente, docente e/ou equipe administrativa que são filhos de mães solteiras. Os dados que caracterizam a instituição particular encontram-se contida em sua web *site*: <http://www.faema.edu.br/> e serão apresentados sequentemente.

A Instituição está localizada em Ariquemes-RO, sendo ela reconhecida pelo MEC. Busca atender de forma adequada as necessidades acadêmicas e os pré-

requisitos de qualidade, investe de forma expressiva em recursos para oferecer aos alunos a melhor forma de estimular a vivência universitária, com infraestrutura ampla, moderna e monitorada por uma equipe especializada em segurança.

Conta com estrutura de serviços à comunidade acadêmica, dispendo de 13 laboratórios didáticos, telefone público, amplo espaço de convivência que serve à praça de alimentação e a momentos de descontração e socialização, complexo sanitário, 32 salas de aula climatizadas, distribuídas em 04 blocos (A, B, C e D) equipados para o acesso à Internet sem fio, laboratório 3D, auditório com capacidade para 120 pessoas, biblioteca, laboratório de informática, estacionamento e salas dos setores administrativos.

As salas de aula têm área que variam de 50,00 a 120,00 m<sup>2</sup>, devidamente climatizadas, contando com carteiras individuais e cadeiras acolchoadas, retroprojetor, tela de projeção, data show, internet banda larga (Wireless), piso antiderrapante e vidros temperados, iluminação adequada e quadro branco.

Atualmente, detém de treze laboratórios didáticos que contemplam as aulas práticas laboratoriais dos cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos em funcionamento na instituição. Estão localizados no bloco B da faculdade, com espaços amplos, climatizados e com a estrutura que busca atender a demanda de aulas dos cursos oferecidos.

A biblioteca é inovadora, alicerçada no conhecimento científico, adotando as novas tecnologias de informática e comunicação visando atingir o seu fim, qual seja o compromisso com a missão Institucional. A biblioteca funciona como um centro de informação e referência.

A instituição retém ainda, do Serviço Escola do Curso de Psicologia, o qual oferece para aqueles que necessitam de atendimento na área de Psicologia, que busquem o serviço. Tem por objetivo desenvolver nos alunos competências, habilidades e conhecimentos preconizados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como prestar serviço de qualidade a comunidade por meio dos estágios realizados e supervisionados por professores/supervisores da área com uma estrutura física que oferece conforto, segurança e comodidade. Sendo que, o curso de Psicologia cumpre com o seu papel, estendendo à comunidade, os conhecimentos científicos da Psicologia.

É importante ressaltar que a Instituição dispõe de infraestrutura planejada para pessoas com necessidades especiais, de acordo com a Portaria Ministerial nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Há, portanto, a possibilidade de livre circulação aos espaços coletivos, às salas de aula, aos laboratórios e à biblioteca, com acesso por rampas e piso tátil, sendo que há também bebedouros e um complexo sanitário (com

banheiros femininos e masculinos), que inclui chuveiros, e que privilegia acessibilidade universal.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados desta pesquisa são resultantes das entrevistas realizadas com os participantes, como referido anteriormente. Estes foram analisados através da análise de conteúdo, utilizando a técnica de categorização, proposta por Bardin (1977). Desta forma os dados foram organizados em categorias, apresentados em tabelas, para melhor visualização e analisados sob a ótica do referencial teórico apresentado na introdução e na metodologia deste estudo.

Demonstra-se no quadro 1 as respostas obtidas por meio do questionário sócio demográfico que foi entregue a cada participante. Dados estes considerados relevantes para análise dos resultados.

**QUADRO 1** – Dados sóciodemográficos.

		<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
<b>IDADE</b>	18 A 21	0	2
	22 A 25	5	2
	26 A 29	0	1
	<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>ESTADO CIVIL</b>	SOLTEIRO (a)	5	5
	CASADO (a)	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>ESCOLARIDADE</b>	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	4	4
	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	1	1
	<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>POSSUI FILHOS</b>	SIM	1	1
	NÃO	4	4
	<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

Interessante salientar que os dados coletados com o questionário sócio demográfico foram objetivados em quadro para melhor visualização tal como pela contribuição que ele evidenciou a pesquisa e que contribui verticalmente a análise dos demais dados.



Certifica-se no quadro 2 a categorização, quadro apresentado abaixo que contempla os temas e as categorias emergidas das respostas dos participantes.

**QUADRO 2 – Caracterização das Categorias**

TEMA	CATEGORIAS
1. Como se deu a sua monoparentalidade	Pela viuvez; Separação dos pais, com ausência paterna; Por uma relação casual; Separação dos pais, gravidez indesejada por ambos; Namoro, gravidez indesejada pelo pai.
2. A ausência da figura masculina trouxe conflitos pessoais	Sim, pela ausência da mãe (trabalho); Talvez, pela ausência do pai, mas contribuía financeiramente; Sim, pela ausência do pai; Sim, pela falta da rigidez paterna; Sim, rejeição do pai pela filha; Sim, sentimentos de culpa do filho pelo término dos pais.
3. Como é ser filho (a) de mãe solteira	Complicado, não parou para pensar; Criou independência cedo, não depende de homem para nada; Desejo de ter família tradicional pai e mãe; Apenas status; Normal, mas doía; Maravilhoso, orgulha-se disso; Ruim, tantos relacionamentos indo e vindo.
4. Sofreu preconceito e/ou julgamento por ser filho de mãe solteira	Não sofreu; Sociedade aceita um luto; Julgamento racial; Não se recorda; Sim, o filho sem pai.
5. A percepção em ser filho (a) de mãe solteira hoje é a mesma de antes	Não, o emocional falava mais alto e hoje já tem mais consciência; Não, a sociedade atrapalha e crítica muito, não deixa a mãe criar o filho; Não sei como via antes, mas hoje não vejo como algo ruim; Não, pensa que a figura do pai faz a diferença, mas a mãe é capaz de suprir.

1- Como se deu a monoparentalidade.

## Categorias

1.1 Pela viuvez: Inclui respostas onde os participantes mencionaram que foi a partir da viuvez da mãe, cujo o pai morreu se constitui a monoparentalidade feminina. Exemplo: *A minha história, é um pai alcoólatra a minha mãe criou agente sozinha basicamente até os meus 8 anos, daí pra frente meu pai faleceu e criou sozinha mesmo quando eu nasci era aquela coisa, meio que, a filha que não era para nascer (P1).*

1.2 Separação dos pais, com ausência paterna: Inclui respostas dos participantes que referiram provir da monoparentalidade feminina pela separação dos pais e isto ocasionou a ausência paterna. Exemplo: *Meus pais se casaram por seis anos e houve questões que não dava para minha mãe suportar em relação ao meu pai e eles se separaram, e eu não tenho lembrança nenhuma do meu pai em casa (P4).*

1.3 Por uma relação casual: Inclui respostas dos participantes os quais relataram que resultam da monoparentalidade feminina em razão de que, os pais nunca possuíram um relacionamento sólido e/ou duradouro, apenas um encontro casual. Exemplo: *A minha mãe conheceu o meu pai biológico só que minha mãe nunca teve nada com meu pai e aí eu nasci (P6).*

1.4 Separação dos pais, gravidez indesejada por ambos: Inclui respostas dos participantes que expressaram sobrevir da monoparentalidade feminina em virtude de que os pais se separaram e antes disto, quando o casal descobriu que iriam ter um filho (a) decidiram abortar. Exemplo: *A minha mãe namorava com o meu pai e aí ela engravidou sem querer foi uma gravidez indesejada ela tentou aborto, porém não teve sucesso (P9).*

1.5 Namoro, gravidez indesejada pelo pai: Inclui respostas dos participantes que relataram advir da monoparentalidade feminina pelo fato de que os pais apenas namoraram e quando o pai soube que a mãe estava grávida declarou que não queria a gravidez pedindo para que a mãe abortasse a criança, porém ela recusou. Exemplo: *A minha mãe conheceu o meu pai e eles não chegaram a se casar teve um namoro e ela engravidou, o meu pai não quis esta gestação ele se dispôs a ficar com a minha mãe, porém ele não queria ter uma criança naquele momento e ai ele pediu para a minha mãe tirar e nisso minha mãe recusou ofereceu dinheiro e minha mãe recusou e por fim mandou ela escolher entre a criança e ele, conseqüentemente estou aqui hoje (P10).*

CATEGORIAS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
<b>Pela viuvez</b>	0	0	1	16,66	1	9,09
<b>Separação dos pais com ausência paterna</b>	3	60	3	50	6	54,54
<b>Por uma relação casual</b>	1	20	1	16,66	2	18,18
<b>Separação dos pais, gravidez indesejada por ambos</b>	0	0	1	16,66	1	9,09
<b>Namoro, gravidez indesejada pelo pai</b>	1	20	0	0	1	9,09
<b>TOTAL</b>	5	100	6	100	11	100

**TABELA 1-** Como se deu a monoparentalidade.

Nota: as porcentagens foram calculadas a partir do total de respostas referentes às distintas categorias e não a partir do número de participantes.

Os dados apresentados na tabela 1 apresentam a temática acerca de como se deu a monoparentalidade feminina na construção familiar dos filhos pesquisados, as categorias emergentes entre os participantes em relação ao assunto foram: “Pela viuvez”, com 9,09 % das respostas; “Separação dos pais com ausência paterna”, com 54,54% das respostas; “Por uma relação casual”, com 18,18% das respostas; “Separação dos pais, gravidez indesejada por ambos”, e “Namoro, gravidez indesejada pelo pai”, com 9,09% cada uma delas.

Nota-se que, a categoria que se sobressaiu corresponde-a: “Separação dos pais com ausência paterna” com 54,54%, tanto homens como mulheres referiram provir desta relação familiar.

Ao analisar separadamente, homens e mulheres, percebe-se que 60% dos homens e 50% das mulheres referiram-se provir da monoparentalidade feminina pela separação dos pais a qual, ocasionou a ausência paterna e 20% dos homens e

16,66% das mulheres relataram que resultam de uma relação casual dos pais, alguns inclusive relataram que os pais nunca possuíram um relacionamento sólido e duradouro, sendo apenas um encontro casual de ambos. Pode-se notar na fala dos participantes:

*“Minha mãe e meu pai se separaram então eu fui criada somente pela minha mãe toda vida foi somente eu e ela”. (P7).*

*“Meus pais acabaram se separando e eu não tenho lembrança nenhuma do meu pai, infelizmente não tive a presença paterna a figura paterna na minha criação”. (P4).*

*“Minha mãe conheceu o meu pai biológico só que eles nunca obtiveram um relacionamento e então eu nasci.” (P6).*

*“Minha mãe se encontrou com o meu pai e aí ela engravidou, eles nunca tiveram um relacionamento era cada um em sua casa”. (P9).*

As falas destes participantes retratam a configuração familiar monoparental em que eles estão inseridos, e através da fala destes participantes pode-se inferir, com a contribuição de Baliana (2013) que as mulheres não optavam por criarem seus filhos sozinhos, eram, na verdade, abandonadas por seus maridos ou, após um encontro casual de ambos, a mãe ficava sós com a prole.

Outra categoria que se fez emergir foi o “Namoro, gravidez indesejada pelo pai”, porém de uma forma velada, na qual 20% dos homens e 0% das mulheres demonstraram provir desta relação, nota-se que os homens são os quais mais sofrem em relação a rejeição do pai pelo filho, fica evidente na fala do P10, homem, que mencionou que o pai não quis a gestação e pediu para que a mãe abortasse a criança:

*“O meu pai não quis esta gestação ele se dispôs a ficar com a minha mãe, porém ele não queria ter o filho e pediu que minha mãe abortasse, ofereceu dinheiro e minha mãe recusou todas as vezes, ele não teve participação na gestação e nunca participou de nada”. (P10).*

Através da expressão deste participante, evidenciou um sentimento de tristeza e revolta do filho nas expectativas deste pai, Braido (2006) contribui que nem sempre as crianças têm possibilidade de crescer em um lar completo o que pode acarretar certos problemas psicológicos aos filhos.

As categorias “Pela viuvez” e “Separação dos pais, gravidez indesejada por ambos”, foram a de menores relevâncias em porcentagens, tendo 0% dos homens e

16,66 % das mulheres, ambas categorias possuíram a mesma quantidade de porcentagem, tanto para os homens como para as mulheres, nota-se nessas categorias que as mulheres por sua vez, provém mais desta relação familiar do que os homens. Pode-se observar nas falas dos participantes:

*“Meu pai faleceu e minha mãe passa a assumir a questão financeira da família, não que antes não fazia, mais agora passa a ser a provedora sozinha”. (P1).*

*“Meus pais se separaram e eu vim de uma gravidez indesejada por ambos, minha mãe tentou aborto, porém não teve sucesso, eu era uma inconseqüência do passado, e vim de uma camisinha que estourou e uma buchinha paulista que não funcionou”. (P9).*

Estas falas nos remetem claramente as implicações psicológicas e emocionais explicitadas no capítulo 3, o qual abarca situações que nem sempre é uma opção da mãe, ser uma mãe solteira, e por essas razões as crianças sequer têm possibilidade de desenvolver-se em um lar “completo”, o que pode acarretar certas situações embaraçosas nos filhos como ilustradas nas falas dos participantes acima.

2- A ausência da figura masculina trouxe conflitos pessoais.

## Categorias

2.1 Sim, pela ausência da mãe (trabalho): Inclui respostas dos participantes que relataram que sucederam conflitos pessoais devido a mãe estar sempre fora trabalhando, nessa situação houve mais a falta da mãe em relação ao pai. Exemplo: *Não tem como falar que não interferiu, eu acho que trouxe mais no sentido pelo que minha mãe teve que dar conta de tudo sozinha aí faltou minha mãe sabe, eu sinto mais a falta da minha mãe do que do pai (P1).*

2.2 Talvez pela ausência do pai, mas contribuía financeiramente: Inclui respostas onde os participantes perceberam que talvez pode ter tido conflitos pessoais, mas por outro lado o pai contribuía financeiramente. Exemplo: *Realmente eu não sei assim porque apesar de o pai ser ausente realmente na criação ele sempre arcava com as despesas (P2).*

2.3 Sim, pela ausência do pai: Inclui respostas dos participantes que trouxeram que à ausência paterna pode ter afetado em algumas questões internas. Exemplo: *Eu vejo*

*que afetou algumas coisas que eu aprendi vivendo e trabalhando, como eu trabalho com muitos homens eu tive que aprender a formação de caráter que um pai podia passar para o filho com outros homens (P8).*

2.4 Sim, pela falta da rigidez paterna: Inclui respostas dos participantes que demonstraram ter acarretado alvoroços devido à falta do pulso firme do pai. Exemplo: *A falta da figura masculina em relação a mim e meu irmão que somos homens interferiu muito, por pulso firme que nós não tínhamos do pai e aí sentíamos que podíamos fazer de tudo (P5).*

2.5 Sim, rejeição do pai pela filha: Inclui respostas dos participantes que manifestaram possuir desordens pessoais por conta da rejeição que o pai tinha para com a filha. Exemplo: *Afetou de mais porque eu sempre busquei o meu pai e ele não me dava atenção, e os contatos foram se diminuindo aos poucos com ele (P9).*

2.6 Sim, sentimento de culpa do filho pelo término dos pais: Inclui respostas dos participantes que expressaram ter originado em si problemas pessoais devido se sentir culpado pelo término dos pais. Exemplo: *Penso que me afetou nas condições de infância eu me sentia culpado pelo termino dos dois de certa forma, por observar o quanto minha mãe amava o meu pai e ela sempre deixava isso claro para mim, então sentia-se culpado por causa de um relacionamento que poderia ter dado certo caso eu não tivesse vindo (P10).*

**TABELA 2-** A ausência da figura masculina trouxe conflitos pessoais.

CATEGORIAS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
<b>Sim, pela ausência da mãe (trabalho)</b>	0	0	4	44,44	4	22,22
<b>Talvez pela ausência do pai, mas contribuía financeiramente</b>	1	11,11	1	11,11	2	11,11
<b>Sim, pela ausência do pai</b>	5	55,55	1	11,11	6	33,33
<b>Sim, pela falta da rigidez paterna</b>	1	11,11	1	11,11	2	11,11

<b>Sim, pela rejeição do pai pela filha</b>	1	11,11	2	22,22	3	16,66
<b>Sim, sentimentos de culpa do filho pelo término dos pais</b>	1	11,11	0	0	1	5,55
<b>TOTAL</b>	9	100	9	100	18	100

Nota: as porcentagens foram calculadas a partir do total de respostas referentes às distintas categorias e não a partir do número de participantes.

Ao considerar os dados apresentados na tabela 2 evidencia a temática acerca da ausência da figura masculina se esta trouxe conflitos pessoais, as categorias emergentes entre os participantes em relação ao assunto foram: “Sim, pela ausência da mãe (trabalho)”, com 22,22%; “Talvez pela ausência do pai, mas contribuía financeiramente”, com 11,11%; “Sim, pela ausência do pai”, com 33,33%; “Sim, pela falta da rigidez paterna”, com 11,11%; “Sim, pela rejeição do pai pela filha”, com 16,66%; “Sim, sentimento de culpa dos filhos pelo término dos pais”, com 5,55%.

Nota-se que, 2 (duas) categorias que sobressaíram correspondem-na: “Sim, pela ausência da mãe (trabalho)”, com 22,22% e “Sim, pela ausência do pai”, com 33,33%. Estas trazem a ausência da figura masculina que trouxe conflitos pessoais, com maiores porcentagens.

Ao analisar separadamente, homens e mulheres, percebe-se que 55,55% dos homens e 11,11% das mulheres demonstraram que desencadearam conflitos pessoais pela a ausência do pai, sendo assim, nota-se que os homens são os que mais sofreram conflitos pessoais, visto ter uma porcentagem maior quando comparado com o das mulheres. Já na categoria em que os filhos referem-se vivenciar conflitos pela ausência da mãe por conta do trabalho, com 0% dos homens e 44,44% das mulheres, diferentemente da categoria acima, nesta são as mulheres que sofreram mais conflitos, visto ter uma porcentagem maior quando comparado com a dos homens. Podemos observar as seguintes falas dos participantes:

*“Eu senti falta do meu pai, porque quando agente é criança sente sim nos dias dos pais na escola, na formatura do pré quando estamos saindo, no inicio da adolescência eu sentia muita falta do meu pai porque tem coisas que eu tinha vergonha de conversar com minha mãe”. (P3).*

*“Olha eu senti falta do meu pai, e me afetou bastante porque hoje eu frequento a casa do meu pai e eu vejo que eles têm uma configuração que eu nunca tive atualmente e eu não me lembro nada disso porque não tive”. (P6).*

*“Afetava não ter a minha mãe, eu lembro uma vez o que me afetou mas foi que em um dia na escola na comemorações do dia das mães a minha mãe estava trabalhando e ela não foi na escola quando eu vi todas as mães lá e todas as crianças cantando e eu não vi a minha mãe me encheu o olho de água”. (P9).*

*“Afetou em relação não ter a rigidez da minha mãe por ser muito ausente de casa já que ela precisava trabalhar então ela não conseguia ser muito rígida por que era pouco tempo comigo”. (P4).*

Através das falas dos participantes, nota-se a diferença dos filhos homens para as filhas mulheres, nas falas ilustradas pelos participantes 3 e 6 é possível observar a falta que a figura masculina faz para estes filhos homens e a forma como afetou, não obstante, é importante salientar que a falta do pai não se restringe somente ao filho homem, pois assim como demonstra na tabela, a porcentagem de mulheres que também sentem a falta do pai. Nas falas ilustradas pelas participantes entrevistadas 9 e 4 é possível observar que a falta da mãe é mais significativa para as mulheres, assim como os dados revelam na tabela não houve porcentagem dos homens.

As categorias: “Talvez pela ausência do pai, mas contribuía financeiramente” e “Sim, pela falta da rigidez paterna”, obtiveram o mesmo percentual de respostas dos homens quanto os das mulheres, sendo ambos os homens com 11,11% e 11,11% das mulheres. Na fala da participante 2 é possível evidenciar esta contribuição financeira do pai, por mais que ele fosse ausente ele arcava com as despesas. *“Apesar do pai ser ausente na criação ele sempre arcava com as despesas”. (P2).*

Ao tratar-se da falta da rigidez paterna, percebe-se que tanto os homens como as mulheres mencionaram que sentiram falta do pulso firme do pai na criação, o participante 4 ilustra melhor quando diz: *“A ausência do pai afeta porque aquela parte rígida que a criança necessita vem da parte do pai”. (P4).*

Nesta concepção, Benczick (2001) argumenta que a ausência paterna geralmente tem impacto negativo em crianças e adolescentes, sendo que estes estariam em maior risco para desenvolver problemas de comportamento.

Na categoria em que os filhos retratam a rejeição do pai pela filha, observa-se que as mulheres possuem um percentual maior quando comparado com a dos homens, a mulher possui 22,22% e os homens 11,11%, isto demonstram que as mulheres vivenciam mais conflitos pessoais, tal como demonstram os dados na tabela. Os dados revelam ainda que 11,11% dos homens possuem sentimentos de culpa pelo término dos pais e 0% das mulheres possuem este sentimento, isto demonstra que os homens expressaram ter originado, mas problemas pessoais.



Adrados (1966) colabora que as crianças não desejadas, que são rejeitadas antes mesmo do nascimento, assim como as que não são bem aceita pelos pais, especialmente durante a primeira infância, costumam apresentar problemas. Observou-se através das falas dos participantes, sentimento de ódio e hostilidade de alguns filhos, devido ser rejeitado pelo pai.

3- Como é ser filho de mãe solteira.

### Categorias

3.1 Complicado, não parou para pensar: Inclui respostas dos participantes que apontam ser uma questão embaraçosa, e preferem não ficar pensando sobre o assunto por ser ainda um incômodo: Exemplo: *Foi complicado mesmo, eu acho que nunca parei para pensar assim, no começo achava estranho e muita dificuldade uma pessoa só em casa é muito difícil a gente teve muita dificuldade na vida por causa disso (P5).*

3.2 Criou independência cedo, não depende de homem para nada: Inclui respostas dos participantes segundo os quais relataram que devido ser filho de mãe solteira se tornaram mais independente desde cedo, com a consciência que não depende de ninguém. Exemplo: *De toda essa situação eu criei uma mulher independente, eu tenho muita consciência de que eu não dependo de homem nenhum para nada (P1).*

3.3 Desejo de ter uma família tradicional pai e mãe: Inclui respostas dos participantes os quais relataram que foi muito complicado ser filho de mãe solteira e pelo fato de que, não é uma configuração familiar tradicional. Exemplo: *Foi rígido, foi complicado mesmo a questão de não entrar na família tradicional e sempre teve uma coisinha ou outra, se eu pudesse escolher eu preferia que eles estivessem juntos ainda hoje. (P7).*

3.4 Apenas status: Inclui respostas dos participantes que relataram o sentimento de ser filho de mãe solteira meramente status sendo uma configuração supranormal, já que era somente a mãe mesmo que sempre estava presente. Exemplo: *Olha é algo supernatural, assim até porque quando a minha mãe não era solteira, era sempre ela que estava presente então pra mim isso é só um status assim de ser mãe solteira, ela sempre tomou as responsabilidades de tudo (P2).*

3.5 Normal, mas doía: Inclui respostas dos participantes que achavam normal, mas demonstraram tristeza pela razão de que o pai havia construído uma outra família, e por ele agir de uma forma diferente com os novos filhos. Exemplo: *Achava normal, mais eu sentia muito não era nem a questão na escola em coleguinha, mas por meu pai ter tido uma nova família e novos filhos e eu via como ele era com os meus irmãos e como ele era comigo, então era muito diferente, aquilo me frustrava me frustrou como pessoa (P4).*

3.6 Maravilhoso, orgulha-se disso: Inclui respostas dos participantes que mencionaram que sente admiração pela mãe por ter vivenciado todo esse processo de mãe solteira durante toda a gestação e até o presente momento. Exemplo: *Pra mim é algo admiroso, eu admiro a minha mãe por tudo que ela vivenciou durante toda a gestação dela e o período da minha infância ela aguentou muita coisa para dar conta de cuidar de mim (P10).*

3.7 Ruim, tantos relacionamentos indo e vindo: Inclui respostas dos participantes que apontaram que o ruim de ser filho de mãe solteira é devido a mãe ter possuído numerosos relacionamentos chegando e partindo. Exemplo: *O ruim foi tantos relacionamentos, tantos homens indo e voltando e o ultimo relacionamento de alguns anos foi o que eu tentei me espelhar como pai mas ele foi embora também, mãe eu tenho segura mas a figura paterna pra mim todas elas acabam indo embora de algum jeito (P9).*

**TABELA 3-** Como é ser filho de mãe solteira.

CATEGORIAS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
<b>Complicado, não parou para pensar</b>	3	17,64	3	13,04	6	15
<b>Criou independência cedo, não depende de homem para nada</b>	3	17,64	2	8,69	5	12,5
<b>Desejo de ter uma família tradicional pai e mãe</b>	0	0	5	21,73	5	12,5
<b>Apenas status</b>	0	0	3	13,04	3	7,5

<b>Normal, mas doía</b>	5	29,41	8	34,78	13	32,5
<b>Maravilhoso, orgulha-se disso</b>	5	29,41	0	0	5	12,5
<b>Ruim, tantos relacionamentos indo e vindo</b>	1	5,88	2	8,69	3	7,5
<b>TOTAL</b>	17	100	23	100	40	100

Nota: as porcentagens foram calculadas a partir do total de respostas referentes às distintas categorias e não a partir do número de participantes.

Ao considerar os dados apresentados na tabela 3 evidenciam a temática acerca do entendimento de como é ser filho de mãe solteira, as categorias emergentes entre os participantes em relação ao assunto foram: “Complicado, não parou para pensar”, com 15%; “Criou independência cedo, não depende de homem para nada”, com 12,5%; “Desejo de ter uma família tradicional pai e mãe”, com 12,5%; “Apenas status”, com 7,5%; “Normal, mais doía”, com 32,5%; “Maravilhoso, orgulha-se disso”, com 12,5%; “Ruim, tantos relacionamentos indo e voltando”, com 7,5%.

Nota-se que, 2 (duas) categorias que sobressaíram correspondem-na: “Normal, mais doía”, com 32,5% e “Complicado, não parou para pensar”, com 15%. Estas trazem a percepção de como é ser filho de mãe solteira em maior relevância, referente as respostas dos participantes entrevistados.

Ao analisar separadamente, homens e mulheres, percebe-se que as mulheres se destacaram na categoria “normal, mais doía”, os dados apontam que 34,78% das mulheres relataram ser uma configuração normal, quando comparado com a família tradicional, mas expressaram ao mesmo tempo sentimento de tristeza, em razão de o pai não estar presente, ou não agir da mesma forma que age com a nova família constituída. Sendo assim, os dados apontam que a porcentagem dos homens é inferior quando comparado com os das mulheres, possuindo, portanto 29,41% dos homens. Podemos observar as seguintes falas dos participantes:

*“Achava normal, mas eu sentia muito, mas pelo fato do meu pai ter tido uma nova família e novos filhos e agir diferente comigo e aquilo me frustrava e me frustrou muito como pessoa”. (P4).*

*“Achava normal, nunca me faltou nada materialmente falando, a não ser a questão da ausência paterna”. (P7).*

*“Olha pra mim hoje eu vejo como algo normal, hoje não faz tanta diferença por, mas que eu sinta a falta dele não faz diferença acho que isso foi algo que eu fui construindo ao longo dos anos”. (P3).*

*“Normal, eu fiquei chateado com meu pai por várias situações e hoje vejo que não preciso disso porque eu sempre tive minha mãe e ela me ajudou em todas as necessidades”. (P6).*

Pode-se observar no percentual dos homens e das mulheres sobre a categoria em que menciona ser filho de mãe solteira é “maravilhoso e orgulha-se disso”, que a porcentagem dos homens é mais significativa com 29,41%, quando comparado com os das mulheres que é 0%. Já nas categorias que referem ser apenas “status” e “desejo de ter uma família tradicional pai e mãe”, a porcentagem dos homens de ambas categorias é 0%, sendo inferior quando comparado com o das mulheres, sendo que 13,04% das mulheres mencionam ser apenas status, e 21,73% das mulheres expressam desejo em ter uma família tradicional pai e mãe. Podemos observar as seguintes falas dos participantes:

*“Cara é maravilhoso, é sensacional sabe porque hoje eu vejo a minha mãe tipo ela criou três filhos praticamente sozinha e dois ela formou, e conquistou tudo trabalhando e agente nunca passou por necessidades”. (P6).*

*“É só um status assim de ser mãe solteira, mais mesmo quando ela não era solteira a minha criação partiu muito dela e assim ela sempre tomou as responsabilidades de tudo”. (P2).*

*“Foi rígido foi complicado mesmo a questão de não entrar na família tradicional, se eu pudesse escolher eu preferia que os meus pais estivessem juntos ainda hoje”. (P7).*

Mediante ao desejo das participantes femininas em adentrar-se em uma família tradicional, Fonte (2004) adentra que esse modelo tradicional tem o seu início na união de duas pessoas que se escolhem para formar um casal e se comprometem numa relação que pretendem que se prolongue pelo tempo com o surgimento de novos filhos. Este modelo familiar tradicional é o modelo aceito socialmente, como já mencionado nesta pesquisa.

Outra categoria emergente foi a “complicado, não parou para pensar”, está apresentou respostas tanto masculinas como femininas, sendo elas: 17,64% dos homens e 13,04 das mulheres que mencionaram ser um fato conflituoso e por essas razões não depara pensando sobre. Os dados apresentados na categoria “criou independência cedo, não depende de homem para nada” apresentou respostas

masculinas maiores do que as femininas, sendo estas: 17,64% dos homens e 8,69% das mulheres. Em relação as falas dos participantes podemos destacar:

*“Eu não sei, eu não ficava refletindo sobre isso na minha mente eu só sei que eu não ficava reclamando de ser o coitado história por ser filho de mãe solteira”. (P8).*

*“É complicado, é eu não sei, na verdade nunca parei para pensar”. (P1).*

*“Eu resumiria ser muito difícil ser filho de mãe solteira, mais serviu para amadurecer muito e eu amadureci, hoje em dia não quero fazer isso com o meu filho”. (P5).*

*“Devido toda essa situação criei uma mulher independente e tenho muita consciência que não dependo de homem nenhum para nada”. (P1).*

Quanto a categoria emergente “Ruim, tantos relacionamentos indo e voltando” foram a de menores relevância em questão de percentual tanto para as respostas femininas como para as masculinas, sendo elas: 5,88% dos homens e 8,69% das mulheres, nota-se ainda que o percentual dos homens ainda se encontra inferior quando comparado com os das mulheres, visto que obteve mas frequências de respostas femininas. Como podemos observar na seguinte fala da participante 9:

*“o ruim de eu ser criado filho de mãe assim é que várias pessoas tentavam me educar eu tinha várias agressões quando era apenas uma criança, e foi ruim tanto relacionamentos indo e voltando, não tinha quem eu me apegar a figura masculina porque eles sempre iam embora de algum jeito”. (P9).*

Diante deste cenário de ser ruim muitos relacionamentos indo e vindo, ao considerar a fala desta participante, Oliveira (2015) afirma que as crianças são as mais prejudicadas e pagam pela culpa de seus pais e mães. Sob essa concepção, é notório o trauma que essas pessoas vivenciam, pelo fato de ter muitas pessoas tentando educar e por muitas vezes de forma agressiva, como relatado pela participante acima.

Considerando todos os temas abordados nesta tabela, observou-se diante das falas dos participantes algumas divergências de ideias, sentimentos, vantagens e desvantagens, e como demonstrado acima alguns participantes mencionaram que advir da monoparentalidade feminina é normal, porém para outros até o presente momento é doloroso. Sendo assim, de forma precisa evidenciou na porcentagem dos participantes que tanto homens como mulheres se destacaram neste tema abarcado.

4- Sofreu preconceito e/ou julgamento por ser filho de mãe solteira.

## Categorias

4.1 Não sofreu: Inclui respostas dos participantes que disseram que não sofreram preconceito por ser filho de mãe solteira. Exemplo: *Nunca, eu nunca vivenciei nada de preconceito (P10).*

4.2 Sociedade aceita um luto: Inclui respostas dos participantes os quais relataram que a mulher solteira já sofre um preconceito, porém quando ela se configura em viúva pela a perda do marido a sociedade aceita um luto. Exemplo: *A mulher em solo ela sofre muito pré-conceito pela sociedade, porém pelo fato meio que o meu pai ter falecido a minha mãe passou pela essa etapa de casada então a sociedade aceita (P1).*

4.3 Julgamento racial: Inclui respostas dos participantes que disseram que sofreram julgamento racial em razão da mãe ser branca e o filho negro, o fato de não ver os pais juntos a sociedade associava que o filho poderia ser adotado ou namorado da mãe. Exemplo: *Quando criança eu era adotado e depois dos meus 18 anos eu era namorado dela, eu encaro como um tipo de julgamento racial em relação a cor porque houve episódios de pessoas falarem que eu fosse namorado dela, então assim quem não conhece meu pai não fala que eu sou filho da minha mãe (P3).*

4.4 Não se recorda: Inclui respostas dos participantes que mencionaram não se recordar se já sofreram o não preconceito por ser filho de mãe solteira, visto que, se por alguma razão obteve não se sentiu afetada. Exemplo: *Eu não me recordo se eu tive ou não preconceito e por não me recordar se teve nem me afetou (P4).*

4.5 Sim, o filho sem pai: Inclui respostas dos participantes os quais relataram que sofreram e sofrem preconceito até hoje por ser filho de mãe solteira, devido algumas atitudes do filho as pessoas rotulam como o filho sem pai. Exemplo: *olha eu tenho preconceito até hoje não de pessoas da minha idade, mas de pessoas mais velhas que viam minhas atitudes assim e falavam olha lá o filho sem pai, o filho perdido e isso é chato e eu ficava mais revoltado ainda (P5).*

**TABELA 4-** Sofreu preconceito e/ou julgamento por ser filho de mãe solteira.

CATEGORIAS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%

<b>Não sofreu</b>	1	10	3	30	4	20
<b>Sociedade aceita um luto</b>	0	0	3	30	3	15
<b>Julgamento racial</b>	5	50	2	20	7	35
<b>Não se recorda</b>	1	10	2	20	3	15
<b>Sim, o filho sem pai</b>	3	30	0	0	3	15
<b>TOTAL</b>	10	100	10	100	20	100

Nota: as porcentagens foram calculadas a partir do total de respostas referentes às distintas categorias e não a partir do número de participantes.

Ao considerar os dados apresentados na tabela 4 evidencia-se a temática acerca da compreensão dos filhos, se estes sofreram preconceito e/ou julgamento por ser filho de mãe solteira, as categorias emergentes entre os participantes em relação ao assunto foram: “Não sofreu”, com 20%; “Sociedade aceita um luto”, com 15%; “Julgamento racial”, com 35%; “Não se recorda”, com 15%; “Sim, o filho sem pai”, com 15%.

Nota-se que, as 2 (duas) categorias que sobressaíram correspondem-na: “Não sofreu”, com 20% e “Julgamento racial”, com 35%. Estas trazem em maiores porcentagens as respostas dos participantes que sofreram preconceito e/ou julgamento racial por ser filhos de mães solteiras.

Ao analisar separadamente, homens e mulheres, percebe-se que as mulheres se destacaram nas seguintes categorias, “Não sofreu” e “Sociedade aceita um luto”, os dados apontam que: 30% das mulheres em ambas categorias, relataram não sofrer preconceito por ser filhas de mães solteiras, visto que, na tabela na primeira categoria apontou: 10% dos homens, porcentagem esta inferior a das mulheres, já na segunda categoria destacada apontou-se: 0% dos homens. Sendo assim, compreende-se que para as mulheres entrevistadas é mais visível a aceitação da sociedade em serem filhas de mães solteiras, ou advir de uma viuvez da mãe. Como podemos observar nas seguintes falas:

*“Bom, não que eu tenha percebido ter sofrido”. (P2).*

*“Eu não sofri julgamento, mas eu via assim que todo mundo tinha um pai e mãe e eu não tinha isso, eu vi aí era difícil achar alguém que também só tinha uma mãe”. (P9).*

*“Pelo fato dela ser solteira, não”. (P10).*

*“Devido o meu pai ter falecido a minha mãe ela passou pela etapa de casada então a sociedade aceita a viuvez”. (P1).*

*“No meu caso o meu pai morreu então eu acho que os julgamentos são bem menores para minha mãe e para mim também, porque meu pai não abandonou agente então, por não ter todo esse histórico a sociedade aceita”. (P2).*

Neste momento, vale ressaltar que a mesma participante 2 que respondeu a cima não ter percebido se sofreu preconceito, é a mesma que ilustrou na categoria a sociedade aceita um luto, que poderia ter sofrido julgamentos menores pela sociedade, em razão de que não sofreu abandono paterno pelo fato, da viuvez da mãe.

Outra categoria emergente destacada na tabela foi a: “Julgamento racial”, esta apresentou respostas tanto femininas como masculinas, sendo elas: 50% dos homens e 20% das mulheres, nota-se nesta categoria que os homens entrevistados sofreram mais julgamentos raciais pela sociedade do que as mulheres e analisando as respostas dos homens observa-se um índice abundante de homens que relataram terem sido visto pela sociedade quando criança, como o filho adotado e quando adulto era o namorado de sua mãe. Analisando as respostas das mulheres observou-se em suas falas, que por ser uma filha de cor diferente da mãe a sociedade expressava um preconceito racial referindo-se que não era mãe e filha, quando encontravam as duas juntas. É possível evidenciar nas seguintes falas:

*“Quando eu era criança eu era adotado, e eu encaro como um tipo de julgamento racial em relação a cor porque houve episódios de pessoas falarem que eu fosse namorado dela na fase adulta”. (P3).*

*“Sofria, mas julgamento racial porque meu pai era branco dos olhos verdes e ninguém falava que ele fosse o meu pai”. (P10).*

*“Sofria, julgamento racial por minha mãe ser negra e o meu pai branco e eu nasci parda, digamos que nem sempre as pessoas conheciam o meu pai e o via muito pouco, e então quando as pessoas encontravam eu e minha mãe falavam que não éramos mãe e filha”. (P7).*

A categoria referente a resposta “Não se recorda”, visualizadas na tabela, levamos a observar que tanto homens como mulheres obtiveram um percentil de respostas, porém o das mulheres se encontra maiores do que a dos homens, sendo elas: 20%



das mulheres e 10% dos homens. Assim, destacamos as falas dos participantes 6 e 4 para melhor elucidar esse percentil:

*“Preconceito, não que eu me lembre na minha infância”. (P6)*

*“Eu não me recordo, se eu tive me recordo e se teve não me afetou”. (P4).*

Evidencia-se ainda na tabela, os dados apresentados na categoria “Sim, o filho sem pai”, nesta o percentil de respostas dos homens é maior quando comparadas com a das mulheres sendo elas: 30% dos homens e 0% das mulheres, analisando as respostas percebe-se que os homens foram os mais afetados nesta categoria. Como podemos destacar a fala dos participantes entrevistados:

*“Olha eu tenho preconceito até hoje de pessoas mais velhas que viam as minhas atitudes e falavam olha lá o filho sem pai, é tanto que quando eu arrumava uma namorada a mãe da menina logo falava não vai namorar esse menino, filho sem pai”. (P5).*

*“Eu não quero que minha filha namore um filho de uma manicure ela citou pai nem nada porque ela já sabia que minha era solteira que ela havia me criado sozinha na casa”. (P8).*

Através da percepção deste participante, Marin (2005) enfatiza que o pai pode influenciar de múltiplas maneiras no processo de desenvolvimento infantil e sua ausência pode acarretar consequências negativas, não necessariamente devido a falta do modelo sexual, e sim devido à falta de aspectos atribuídos ao papel paterno, como o emocional e principalmente o social, como pode ser visto.

Diante das respostas dos participantes manifestou-se a importância do psicólogo, para tanto, compreende-se que esta tabela é de extrema importância para esta pesquisa, pois ela evidencia a real situação no que tange os aspectos psicológicos, emocionais e sociais da monoparentalidade para os filhos. Dentre os 10 participantes apenas 1 mencionou ter feito acompanhamento psicológico e apenas 1 relatou que ainda está em terapia, sendo esses participantes masculinos e femininos.

Essa diferença de percepção da importância da terapia destaca-se por evidenciar que dentre as 10 pessoas, apenas 2 procuraram fazer o acompanhamento psicológico, e mencionaram que a terapia ajuda a amadurecer, e com o auxílio psicológico conseguem compreender melhor algumas situações que antes era difícil nomear.

Percebe-se então, mediante as falas dos participantes que muitos ainda sofrem implicações psicológicas e emocionais, e o principal fator disto não é nem tanto ser filho de uma mãe solteira, e sim os preconceitos e julgamentos que a sociedade faz a esta configuração. E por, não estarem ou não conhecerem a importância do processo terapêutico acabam sofrendo um pouco mais, em comparação aos quais conhecem e utilizam os procedimentos do psicólogo.

Nesse sentido, entende-se que o acompanhamento psicológico é crucial para as pessoas que se sentem em situações embaraçosas, visto que, o psicólogo irá auxiliar estas pessoas promovendo sentimentos positivos, ajudando-os a reorganizar as suas vidas e levando-os a compreender melhor sobre este contexto familiar em qual encontram-se inseridos. Carl Rogers (1997), corrobora que o psicólogo mais do que agir como um especialista que compreende o problema e decide sobre a maneira de resolvê-lo, deve liberar o potencial que o paciente possui para resolver, por si mesmo, seus problemas.

5- A percepção em ser filho (a) de mãe solteira hoje é a mesma de antes.

### Categorias

5.1 Não, o emocional falava mais alto e hoje já tenho mais consciência: Inclui respostas dos participantes que mencionaram entender de forma diferente hoje, pelo fato de terem amadurecido e por estar em processo terapêutico pode compreender melhor essa situação. Exemplo: *Vejo totalmente diferente, antes o emocional falava mais alto e hoje é diferente tenho consciência, porque agente amadurece e a terapia traz isso, estar em processo terapêutico traz amadurecimento e tudo acaba mudando como a gente olha a situação e vê que não foi uma escolha dela foi o que aconteceu, uma fatalidade e não existe culpados (P10).*

5.2 Não a sociedade atrapalha e crítica muito, não deixa a mãe criar o filho: Inclui respostas dos participantes os quais relataram que o fato não é a mãe ser ou estar sozinha e sim as críticas não construtivas que a sociedade atribui a mãe solteira. Exemplo: *A questão não é a mãe ser sozinha mais tudo que envolve a mãe ser sozinha, as pessoas as vezes atrapalham uma mãe sozinha, não precisam ajudar mas também não atrapalham, deixa a mãe criar o filho sabe, não vem julgar e apontar*

*dedos, acho que isso tudo a sociedade atrapalha muito mais do que a mãe ser sozinha por si só, se a mãe não tivesse que lidar com tudo isso talvez a situação não seria tão crítica. (P1).*

5.3 Não sei como via antes, mas não via como algo ruim: Inclui respostas dos participantes que apontaram não se recordarem de como enxergavam essa situação quando era criança, e por isso não viam e não olham atualmente como algo ruim. Exemplo: *Eu não sei como que eu via quando eu era criança eu não sei se eu me lembro bem, mas eu não me lembro de ter visto como algo ruim e hoje continuo com essa visão de não ser algo que me prejudicasse (P2).*

5.4 Não, vejo que a figura do pai faz a diferença, mas a mãe é capaz de suprir: Inclui respostas dos participantes que mencionaram ter uma percepção diferente de antes, entendem hoje que o pai faz falta que é importante ter um, mais por outro lado a mãe é capaz de suprir todas as necessidades. Exemplo: *Hoje eu vejo que a gente pode não precisar de uma família tradicional e que você pode ser feliz de qualquer forma, e vejo que modificou meu pensamento com certeza, eu achava necessário ter o pai porque todo mundo tinha uma figura paterna e eu não tinha, mas hoje eu vejo que é brilhante igual aos outros ser filho de mãe solteira e ela é capaz de suprir todas necessidades (P6).*

**TABELA 5-** A percepção em ser filho (a) de mãe solteira hoje é a mesma de antes.

CATEGORIAS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%
<b>Não, o emocional falava, mas alto e hoje já tem mais consciência</b>	3	42,85	2	16,66	5	26,31
<b>Não, a sociedade atrapalha e crítica muito não deixa a mãe criar o filho</b>	0	0	3	25	3	15,78
<b>Não sei como via antes, mas não vejo como algo ruim</b>	0	0	4	33,33	4	21,05

<b>Não, vejo que a figura do pai faz a diferença, mas a mãe é capaz de suprir</b>	4	57,14	3	25	7	36,84
<b>TOTAL</b>	7	100	12	100	19	100

Nota: as porcentagens foram calculadas a partir do total de respostas referentes às distintas categorias e não a partir do número de participantes.

Ao considerar os dados apresentados na tabela 5 evidenciam a temática acerca da percepção em ser filho (a) de mãe solteira hoje é a mesma de antes, as categorias emergentes entre os participantes em relação ao assunto foram: “Não, o emocional falava mais alto e hoje já tenho mais consciência”, com 26,31%; “Não a sociedade crítica muito não deixa a mãe criar o filho”, com 15,78%; “Não sei como via antes, mais não vejo como algo ruim”, com 21,05%; “Não, vejo que a figura do pai faz a diferença, mas a mãe é capaz de suprir”, com 36,84%.

Nota-se que, 2 (duas) categorias que sobressaíram correspondem-na: “Não, o emocional falava mais alto e hoje já tenho mais consciência”, com 26,31% e “Não, vejo que a figura do pai faz a diferença, mas a mãe é capaz de suprir”, com 36,84%. Estas trazem em maiores porcentagens repostas dos participantes que mencionaram que a percepção em ser filho (a) de mãe solteira hoje é diferente de como viam antes.

Ao analisar separadamente, homens e mulheres, percebe-se que os homens e mulheres se destacaram nas mesmas categorias mencionadas acima, porém o que difere nessas categorias é a porcentagem dos homens que foram maiores do que a das mulheres, sendo estas na primeira categoria mencionada “Não, o emocional falava mais alto e hoje tenho mais consciência”, com 42,85% dos homens e 16,66% das mulheres. E na categoria “Não vejo que a figura do pai faz diferença, mas a mãe é capaz de suprir” com 57,14% dos homens e 25% das mulheres. Pode-se notar nas falas dos participantes:

*“Não, porque hoje eu vejo que ser filho de mãe solteira um deve apoiar e ajudar o outro e antigamente eu deixava o emocional falar mais alto, pensando assim já que meu pai saiu eu sou sozinho mais não é bem assim”. (P5).*

*“Ah não, antes tinha toda essa questão antes o emocional falava mais alto, você não tem o emocional formado não tem uma consciência das coisas, hoje em dia eu já consigo me colocar”. (P1).*

*“Olha eu vejo que realmente a figura do pai faz a diferença não na criação mais na evolução da criança, mas eu vejo também que a mãe é capaz de suprir essas necessidades por mais que em algum momento vai fazer diferença ter um pai ali ou não”. (P3).*

*“A minha opinião em particular falando de forma psicológica de formação de pessoa é necessário ter a presença masculina e a figura feminina pai e mãe é importante tanto que eu dizia que o próximo filho eu gostaria que pelo menos esta criança tivesse o direito de ter o pai e a mãe mais ao mesmo tempo eu sei que eu dou conta se não tiver o pai eu dou conta de criar eu tive essa influência”. (P4).*

É importante ressaltar que as respectivas falas dos participantes na primeira categoria mencionada anteriormente é a do participante 5 e 1, e já na segunda categoria mencionada é a do participante 3 e 4. Insta salientar que a fala do participante 4 deixa transparecer que sua história de vida se repetiu como a de sua mãe, já que se tornou mãe solteira igual sua mãe, porém ela provém de uma monoparentalidade feminina por conta da separação dos pais, e se torna mãe solteira pela viuvez do marido. Torna-se significativa a fala da participante quando menciona, que se esta nova criança que está por vim, se tiver o direito de ter um pai será ótimo e se não tiver “eu dou conta também”, nota-se que a mesma não demonstra fragilidade ou insegurança por ter uma filha sendo mãe solteira e estar grávida atualmente.

Nas categorias emergentes “Não, a sociedade atrapalha muito não deixa a mãe criar o filho” e “Não sei como via antes, mais não vejo como algo ruim”, apenas as mulheres se destacaram nestas categorias, o percentual dos homens foi de 0% em ambas as categorias. Sendo assim, na primeira categoria citada as mulheres obtiveram: 25% das respostas e na segunda 33,33%.

*“Hoje eu não me sinto, mas tão só, já mudou essa mudança de pensamento é muito bom pelo menos pra quem pertence essa família monoparental é muito bom, pois já não é tão estigmatizado como antes a sociedade estigmatizava as famílias que fugiam do tradicional e não deixa a mãe criar o filho”. (P7).*

*“Eu não sei como via antes quando eu era criança, eu não sei se eu me lembro de ter visto como algo ruim”. (P2).*

Visualizando as respostas na tabela 5, referente a estas categorias percebe-se, que as mulheres sentem mais diferença frente a percepção em ser filha de mãe solteira hoje de que como viam antes, quando comparado com a dos homens. Como pode-se observar na fala dos participantes acima.

## CONCLUSÃO

Discutir sobre o tema família é uma experiência enriquecedora, pelo fato de se tratar de uma questão com diversas reflexões e sobretudo com múltiplas configurações familiares, apercebe que esta é uma temática que não se esgota. Alicerçado no conteúdo da temática família monoparental feminina buscou-se compreender no desenvolvimento desta pesquisa, a respeito da percepção que os filhos têm sobre esta configuração familiar a qual pertencem: a monoparentalidade feminina.

É notório que a instituição familiar sofreu diversas modificações e transformações em seu percurso histórico, novas relações familiares apareceram frente a sociedade contemporânea, com isso, o modelo de família nuclear, patriarcal e referência social coexistiu com uma diversidade de arranjos familiares que antes não eram reconhecidos como famílias, dentre elas encontra-se as famílias monoparentais femininas, escopo desta pesquisa que ressurgiu da obscuridade da sociedade.

Dentro deste contexto, a pesquisa realizada com os filhos que advém das famílias monoparentais femininas nos revelou alguns pontos interessantes, pode-se evidenciar na literatura explanada, que os novos arranjos familiares crescem a cada dia, isto pode ser evidenciado nas últimas estatísticas pesquisadas. Na sociedade percebe-se que o modelo nuclear de família não é o único encontrado na sociedade, mas continua sendo o padrão familiar que denota as demais uma marginalidade social.

Com base nas histórias dos participantes, é importante salientar que em ambos arranjos fomentados, a responsabilidade para com os cuidados dos filhos é das mães-chefes de suas famílias, que estão cada vez mais assumindo por inteiro as atribuições de seus lares, sendo a essencial abastecedora de socialização de seus filhos, fomentadora da educação e primordial provedora econômica. Porém, conforme mencionado pelos participantes entrevistados a sociedade é a grande causadora das implicações psicológicas e emocionais, sendo que 15,78% dos participantes mencionaram que “a sociedade atrapalha e crítica muito não deixa a mãe criar o filho”.

Por essas e outras razões, pressupõem-se que o arranjo, famílias homoafetivas, dentro da monoparentalidade feminina, não foi identificado. Acredita-se que por ser ainda estigmatizado, frente a uma sociedade que acredita que o padrão “ideal” a ser adotado é o da família nuclear ou patriarcal, aceito socialmente. Salienta-se que outras novas configurações surgiram dentro da monoparentalidade feminina como: família nuclear ou patriarcal, famílias reconstituídas ou recasadas, famílias homoafetivas, famílias multigeracionais ou avós como referência familiar.

Os objetivos almejados nesta pesquisa foram respondidos de maneira satisfatória, sendo que, exibiu-se e discutiu-se no desenvolvimento científico deste trabalho, acerca da temática com uma direção que objetivou-se compreender a percepção de filhos de mães solteiras sobre a monoparentalidade. Contudo, apontou os divergentes arranjos familiares em seu percurso histórico como já referido acima e buscou-se entender os efeitos deste arranjo familiar não tradicional pela perspectiva dos filhos, bem como discutiu-se os aspectos psicológicos, emocionais e sociais da monoparentalidade.

Observa-se, analisando os resultados das falas obtidas e categorizadas que as pessoas quando amparadas, as mulheres mães solteiras, bem como seus filhos, conseguem superar dificuldades sociais e emocionais e a mãe consegue então, obter um melhor desenvolvimento na criação de seus filhos, sem que estes filhos não sejam julgados ou rotulados por serem filho de uma mãe solteira.

Quando perguntado sobre a ausência da figura masculina ter ocasionado conflitos pessoais, os participantes da pesquisa demonstraram não se sentir-se bem, pelo fato de serem abandonados pelos pais, e/ou, mesmo quando se tinha essa presença masculina estes não se faziam tão presente, e por muitas vezes careceram de princípios básicos que o pai poderia passar para o filho, não que a mãe não foi suficientemente boa, como respaldado pelos participantes entrevistados. O incomodo foi evidenciado principalmente pelos homens, com 55,55%, quanto as mulheres demonstraram que os conflitos pessoais que se faz presentes em suas vidas é de 44,44%, sendo que ausência não é exclusivamente do pai, mas sim da mãe, por ter que estar sempre fora de seus lares em busca do sustento da casa.

Outrem, tema significativo para os filhos entrevistados concedeu quando questionados sobre ser filho de mãe solteira hoje é a mesma forma como antes. Visto que mais uma vez o percentil dos homens foram maiores que os das mulheres, sendo os homens com 57,14% mencionaram que não, a figura do pai faz a diferença mais a mãe é capaz de suprir, e as mulheres com 33,33% apresentou um resultado diferente, referindo-se que não recordavam como viam antes, mais que não viam hoje como algo ruim.

Quanto aos dados obtidos pelos participantes, foi uma surpresa para a pesquisadora evidenciar em alguns temas abarcados que os homens se destacaram mais em comparações com as mulheres, sendo que nas literaturas encontradas a mulher demonstra sofrer muito mais por advir deste arranjo do que o homem, porém não foi o caso desta pesquisa, já que o percentil dos homens foram mais significativos.

Neste sentido, ressalta-se a importância deste trabalho científico o qual procurou contribuir com um breve apanhado das novas características e novas

estruturas familiares, bem como, dar voz aos filhos em relatar suas histórias, singularidades e principalmente os seus sentimentos emocionais e sociais frente a uma sociedade que depreende qualquer arranjo familiar que foge do modelo “certo” de família nuclear a ser seguido.

Por essas razões, buscou-se contribuir para com a comunidade científica envolvida, de forma a se repensar na instituição de família com um pensamento crítico que abarque não apenas as questões históricas acerca da família, mas também os ajustamentos e transformações ocorridas nestas, sobretudo a compreensão dos arranjos familiares presentes na sociedade contemporânea.

Como pesquisadora e também sendo filha de uma mãe com estado civil solteira, percebo as lutas e dificuldades enfrentadas todos os dias por essa guerreira, e vejo as facilidades encontradas e superadas juntamente com a minha família e o meio social em meu entorno, que tantos significados trouxeram para a minha existência. Esta pesquisa foi relevante tanto para a minha vida profissional como a pessoal, possibilitou um leque de desmitificações pessoais em acreditar que as principais pessoas afetadas são apenas as mulheres, por outro lado fortificou o que já acreditava que a sociedade é a principal causadora de ocasionar sofrimento psíquico naqueles que fogem do padrão nuclear aceito socialmente.

A princípio, aborda-se sobre este tema concerniu muito com o meu desejo pessoal, e tenho a convicção que esta é uma temática que nunca se esgota, mesmo porque é um assunto que supõe diferentes análises, considero então que esta pesquisa possa colaborar para a reflexão acerca do tema, sendo capaz em aprofundar um pouco mais na complexidade deste fenômeno. Ressalta-se a importância de mais estudos que contemple essa temática, e sejam realizadas a fim de oportunizar um melhor entendimento sobre a problemática e minimizar os sofrimentos de muitos filhos de mães solteiras que carregam e vivenciam os estigmas sociais como sendo particulares.



## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Ingrith Gomes. "A família monoparental formada por mães sozinhas por opção através da utilização de técnicas de inseminação artificial no ordenamento jurídico brasileiro." *Belo Horizonte (MG): Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais* (2003). Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito\\_AbrahaolG\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_AbrahaolG_1.pdf)>. Acesso em; 26 Fev. 2018.

ADRADOS, Isabel. A criança rejeitada. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, v. 18, n. 4, p. 93-100, 1966.

ÁLVARES, Luciana de Castro et al. Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba-MG. 2003. Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Disponível em; <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98552>>. Acesso em; 28 Fev. 2018.

ALVES, Roosenberg Rodrigues. Família patriarcal e nuclear: conceito, características e transformações. **Anais do**, v. 2, 2009.

ARAÚJO, Iago Cavalcante; FREIRE, José Célio. Os valores e a sua importância para a teoria da clínica da abordagem centrada na pessoa. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 20, n. 1, p. 94-103, 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672014000100012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672014000100012)>. Acesso em; 01 Mar. 2018.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 1981.

BALIANA, Livia Karla. **Monoparentalidade feminina e seus desafios: um estudo exploratório**. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa. 2014. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7136/2/Tese%20na%20%C3%ADntegra%20L%C3%ADvia%20Baliana.pdf>>. Acesso em; 02 Mar. 2018.

BARRETO, Luiza Zelesco. A família na Idade Média. Blog. Disponível em; <<http://www.negociosdefamilia.com.br/2010/02/familia-na-idade-media.html>>. Acesso em; 09 Set. 2018.

BARROS, M. L. de. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 152p. [S.I.].

BARROS, Myriam Moraes Lins. Memória e família. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2277/0>>. Acesso em; 16 Set 2018.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Revista Psicopedagogia**, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862011000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000100007)>. Acesso em; 02 Mar. 2018.

BRAIDO, INGRID MARIA BERTOLINO. FAMÍLIA MONOPARENTAL E SEUS FILHOS—COMO O DIREITO PODE. 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp028584.pdf>>. Acesso em; 08 Out. 2018.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

BRUSCHINI, C; BARROSO, C. Sofridas e mal pagas. Cad. Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 37, 1981. Disponível em; Acesso em 08 Out 2018.

BURD, Miriam. Novas configurações familiares: desafios e soluções para a Terapia Familiar com Pacientes Crônicos. **São Paulo: Wak**, 2016.

CARLOTO, Cássia. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. Revista Virtual Textos e Contextos, Porto Alegre, PUC 2005, 17p. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/994>. Acesso em; 20 Nov. 2018.

CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 57, 1998. [S.l.]. Disponível em: <[http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/69-17238-08072013-162104.pdf](http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17238-08072013-162104.pdf)>. Acesso em; 22 Nov. 2018.

CHRISTIANO, Renata Martins; DE ANDRADE NUNES, Nilza Rogéria. A Família na Contemporaneidade: Os Desafios para o Trabalho do Serviço Social. Em Debate, 2013;2(11):32–56. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16-impassesedesafiosdaspoliticasdaseguridadesocial/desafiosaotrabalhodoassistentesocialnosistemaunicodeassistenciasocial.pdf>>. Acesso em; 22 Nov. 2018.

CUNHA, Matheus Antonio da. **O conceito de família e sua evolução histórica**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 27 Set. 2010. Disponível em: [www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332](http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332). Acesso em; 13 Nov. 2018.

CUNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 17, n. 1, p. 28-40, jul. 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679494X201300010004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X201300010004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em; 03 Nov. 2018.

DABUS, Adriana Caldas do Rego Freitas et al. A família na contemporaneidade—aspectos jusfilosóficos. **Revista Trama Interdisciplinar**, v. 3, n. 1, 2012. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/5017>>. Acesso em; 04 Nov. 2018.

DIAS, Maria Berenice. Família homoafetiva. **Bagoas—Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 2, n. 03, 2012. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2647\)28familiahomoafetiva.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2647)28familiahomoafetiva.pdf)>. Acesso em; 10 Set. 2018.

DINIZ, Daniela Maria Isabela da Silva; ALENCAR, Martina Sousa de. **Novo Conceito De Família: União Homoafetiva**. Graduandas em Direito pela Faculdade de

Imperatriz. Maranhão, 2011. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=65c89f5a9501a04c>>. Acesso em; 16 Set. 2018.

DUTRA OLIVEIRA, Nayara Hakime. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. SciELO- Editora UNESP, 2009.

ESMERALDO, Michelle Barrocas Soares. Adolescência e ato infracional: a família em conflito. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17500/1/MichelleBSE\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17500/1/MichelleBSE_DISSERT.pdf)>. Acesso em; 17 Set. 2018.

Ferreira ABH. Aurélio: dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Editora Positivo; 2008.

FERREIRA FELISBERTO SANTANA, EDITH LÍCIA. FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA: FENÔMENO DA CONTEMPORANEIDADE?. **POLÊMICA**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 1225-1236, maio 2014. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618>>. Acesso em; 03 nov. 2018.

FIÚZA, César. Mudanças de paradigmas: do tradicional ao contemporâneo. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (org.). Anais do II congresso brasileiro de direito de família. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2000. Revista Brasileira de Estudos Políticos | Belo Horizonte | n. 106 | pp. 95-131 | jan./jun. 2013.

FONTE, Lílíana. Novas Famílias—A Monoparentalidade e a Adopção. **Monografia de Psicologia**. **Maia: Instituto Superior da Maia**, 2004. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0045.pdf>>. Acessado em; 20 de set. 2018.

FRANÇA, Maria Regina Castanho. Famílias homoafetivas. **Revista brasileira de Psicodrama**, v. 17, n. 1, p. 21-33, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v17n1/a03.pdf>>. Acesso em; 16 Set 2018.

GOUVEIA, Débora Consoni. **A autoridade parental nas famílias reconstituídas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.2.2010.tde-16122010-105204. Acesso em; 03 Nov. 2018.

GRISARD FILHO. Famílias Reconstituídas: novas uniões depois da separação. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000179&pid=S1414-9893201400010001600012&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000179&pid=S1414-9893201400010001600012&lng=pt)>. Acesso em; 08 Set. 2018.

GUIMARÃES, NV de O.; AMARAL, Alexandre Coimbra. Famílias com filhos de casamentos anteriores. **Manual de terapia familiar**. **Porto Alegre: Artmed**, v. 1, p. 272-285, 2009.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando famílias**, v. 3, n. 1, p. 8-19, 2001. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL004HINTZ,%20Helena%20Centeno.%20Novos%20tempos,%20novas%20fam%C3%ADlias%20Da%20modernidade%20%C3%A0%20p%C3%B3s-modernidade.%20Pensando%20fam%C3%ADlias,%20v.%203,%20n.%2015.pdf>>. Acesso em 15 Set 2018.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Direito Civil: estudos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. Acesso em; 02 Março 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, volume 31. 2010, Brasil. 81. Disponível em: < Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/>>. Acesso 09 set 2018.

KIRK, Jerome; MILLER, Marc L.; MILLER, Marc Louis. **Reliability and validity in qualitative research**. Sage, 1986. Acesso em 10 Set. 2018.

KROTH, Vanessa Wendt et al. As famílias e os seus direitos no Brasil: conceituação sócio-histórica, previsão legal e decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça entre a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91052/262435.pdf?sequen ce=1>>. Acesso em; 11 Set. 2018.

LACERDA, Carmen Silvia Mauricio de. Monoparentalidade: um fenômeno em expansão.2006.Disponivelem:<<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4660>. Acessado em; 20 de Set. 2018.

LANSFORD, Jennifer E. et al. Does family structure matter? A comparison of adoptive, two-parent biological, single-mother, stepfather, and stepmother households. **Journal of Marriage and family**, v. 63, n. 3, p. 840-851, 2001.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Do direito de família – Noções Introdutórias**. In: Direito Civil Aplicado – Direito de Família São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, v. 5, p. 24-39. Disponível em; <[https://www.tjrs.jus.br/export/servicos/biblioteca/doc/2015/setembro\\_2015\\_n\\_38.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/servicos/biblioteca/doc/2015/setembro_2015_n_38.pdf)>. Acesso em; 02 Mar. 2018.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In: SHAPIRO, H. L. Homem, cultura e sociedade. São Paulo: Fundo de Cultura, 1956. Disponível em: <[http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/ServicoSocial/tese\\_nayara\\_pdf.pdf](http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/ServicoSocial/tese_nayara_pdf.pdf)> . Acesso em; 07 set. 2018.

Lopes, E. S. L., Neri, A. L., & Park, M. B. (2005). Ser avós ou ser pais: os papéis dos avós na sociedade contemporânea. Textos sobre Envelhecimento, 8(2),239-253.Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000155&pid=S1413-294X200700020000600018&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000155&pid=S1413-294X200700020000600018&lng=pt)>. Acesso em; 16 Set. 2018.

Macedo, M. S. (2008). **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza**. Caderno CRH, 21(53), 385-399. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000200013&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000200013&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em; 03 Mar. 2018.

MARIN, Angela Helena. Práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Curso de Graduação em Psicologia do desenvolvimento. Porto Alegre.2005. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4824/000460655.pdf?sequence=1>>  
. Acesso em; 04 Mar. 2018.

MIOTO, R. C. T. **Família e Serviço Social: contribuições para o debate**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n.55, p.114-129, 1997. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>>. Acesso em; 04 Março 2018.

OLIVEIRA, Ronisson de Souza. Mães solteiras e a ausência do pai: questão histórica e novos dilemas. **Revista Elaborar**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 79-91, jul. 2015. ISSN 2318-9932. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revistaelaborar/article/view/805>>. Acesso em; 03 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Nota Do Sistema ONU No Brasil Sobre a Proposta De Estatuto Da Família. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/onu-est-familia.pdf>>. Acesso em; 07 set. 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996. v. 5.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. **Psicologia social: o homem em movimento**, v. 8, p. 99-124, 1984.

RIBEIRO, Débora Queiroz Oliveira Feres. Adoção da Pessoa Maior e Capaz: Direito à Autonomia da Vontade, Liberdade e a Dignidade Humana na Família Socio afetiva. 2011. Disponível em: <[http://www.unifio.br/pdfs/DEBORA\\_QUEIROZ\\_OLIVEIRA\\_FERES\\_RIBEIRO.pdf](http://www.unifio.br/pdfs/DEBORA_QUEIROZ_OLIVEIRA_FERES_RIBEIRO.pdf)>. Acesso em; 09 Set. 2018.

ROCHA ARRAIS, Alessandra et al. O lugar dos avós na configuração familiar com netos adolescentes. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 15, n. 1, p. 159-176, 2012. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/13111/0>>. Acesso em; 16 Set. 2018.

Rogers, C. R. (1997). *Tornar-se pessoa*. (5a ed, M Ferreira. & A. Lamparelli, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1961).

Roudinesco, E. (2003). A família em desordem (A. Telles. Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Santos JB, Santos MS. Família monoparental brasileira. Rev Jurid [Internet]. 2009 [citado 2013 Abr 10];10(92):1-30. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa\\_Rev92.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/Artigos/PDF/JonabioBarbosa_Rev92.pdf)>. Acessado em 03 Nov. 2018.

SANTOS, Jonabio Barbosa; DA COSTA SANTOS, Morgana Sales. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 10, n. 92, p. 01-30, 2011.

SILVA, Brena Miranda da; SILVA, Flávia Lima da. FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS: aspectos plurais sobre a política de previdência social no Brasil. Estudantes Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/familias-homoafetivas->

aspectos-plurais-sobre-a-politica-de-previdencia-social-no-brasil--1-.pdf>. Acesso em; 16 Set. 2018.

Silva, D. V., & Salomão, N. M. R. (2003). A maternidade na perspectiva de mães de adolescentes e avós maternas de bebês. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 8(1), 135-145

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007 [S.l.]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em; 16 set. 2018.

SOUZA, Alinne Bianca Lima; BELEZA, Mirna Carla Moreira; DE ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho. Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de família: uma leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 5, n. 5, p. 105-119, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/577>>. Acesso em; 17 set. 2018.

SZYMANSKI, H. **Trabalhando com famílias**. Caderno de ação no 01, IEE/CBIA, São Paulo, mar.,1993. Acesso em; 06 Março 2018.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. 1987.

UNICEF et al. A Convenção sobre os Direitos da Criança. Adaptada pela Assembléia Geral nas Nações Unidas em, v. 20, 1989. Disponível em: <[https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf)>. Acesso em; 09 Out. 2018.

VITALE, M. A. F. (Org.), (2002). **Família Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n4/v19n4a16.pdf>>. Acesso em; 06 Mar. 2018.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A****Questionário Sociodemográfico**

Data Aplicação:     /     /

**Dados pessoais:**

Identificação (apenas iniciais): \_\_\_\_\_

Curso ou Cargo: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sexo:  Feminino    Masculino

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Filhos:  sim  NãoÉ filho (a) de mãe solteira:  sim  Não



## APÊNDICE B

### Roteiro de Perguntas

- 1) Como sua família monoparental se constituiu?
- 2) A ausência do seu pai biológico ou de alguém que a substituísse-o afetou de alguma forma seus comportamentos e/ou fases da sua vida? Se sim de que forma?
- 3) Como é para você ser filho de mãe solteira?
- 4) Já sofreu algum tipo de preconceito ou julgamento por ser filho de mãe solteira?
- 5) Hoje a forma que você entende ser filho de mãe solteira é da mesma forma como                   via                   quando                   era                   criança?

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

#### **I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DE PESQUISA OU RESPONSÁVEL LEGAL**

1 – NOME DO PARTICIPANTE:

DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº : ..... SEXO : M\_\_ F\_\_

DATA NASCIMENTO: ...../...../.....

ENDEREÇO ..... Nº .....

BAIRRO: .....

CIDADE.....ESTADO-----

CEP:..... TELEFONE: .....

#### **II - DADOS SOBRE A PESQUISA E PESQUISADOR**

- Título do Protocolo do Projeto; **Família Monoparental Feminina: A Concepção dos Filhos de Mães Solteiras na Contemporaneidade.**

Pesquisador Responsável: Carla Patrícia Rambo Matheus, Psicóloga, Professora, Supervisora de Estágio Clínico e Coordenadora de Curso, CRP 20/7568, Telefone de contato: (69) 9 8111-8884 e-mail: [carlapatriciarambo@gmail.com](mailto:carlapatriciarambo@gmail.com)

Pesquisadora auxiliar: Kadija Souza Santos, estudante, telefone de contato: (69) 9 9287-4597 e-mail: kadija367@gmail.com

- Justificativa

Para se pensar em família na modernidade, se faz necessário traçar um pensamento crítico que abarque não apenas questões de origem, mais sim de

fatores contemporâneos. Assim compreende-se que a família é a essência mais significativa de nossa sociedade. Entende-se que o conceito de família sofreu muitas modificações e detém agora de configurações diferentes, os novos arranjos familiares demonstram que a um aumento das famílias monoparentais femininas, percebe-se que os modelos de família patriarcal como sugere no direito romano estão desaparecendo, e as mulheres estão cada vez mais ganhando o seu espaço ora sendo reconhecida pelo o espaço que ocupam.

No entanto, estudos apontam que com a conquista de aceitação da sociedade de novas configurações familiares, os filhos acabam passando despercebido nesta instituição familiar, de como são para eles a relação familiar monoparental de mães e filhos. Com essa problemática atual, a de se questionar como é a percepção de filhos de mães solteiras sobre a monoparentalidade feminina? Em outras palavras, busca-se compreender se há implicações psicológicas e emocionais para essas pessoas que advém da monoparentalidade feminina em meio a uma sociedade que ainda sustenta uma configuração de família patriarcal e heteronarmativa.

Desta forma, a relevância desse tema se justifica pela existência de poucos estudos realizados sobre as famílias monoparentais femininas contemporâneas, bem como a concepção destes filhos nesta configuração familiar, revestindo este trabalho de grande significância para uma melhor compreensão desse arranjo familiar e suas particularidades. Tais como, nas contribuições que este trás acerca da ponderação, compreensão, tanto no âmbito acadêmico, quanto na sociedade, sobretudo que este campo seja abastecido de ciência no que tange a reflexão e desmistificações acerca do que passam os filhos de mães solteiras.

- Objetivo do Estudo;

Compreender a percepção de filhos de mães solteiras sobre a monoparentalidade feminina.

- População Alvo (Público Alvo);

Pretende-se entrevistar um total de 10 pessoas sendo: 5 homens e 5 mulheres com idade superior ou igual á 18 anos, no município de Ariquemes/RO. Estes participantes poderão ser a comunidade discente, docente e/ou da equipe

administrativa de uma faculdade Particular de Ariquemes RO. Frisa-se que estas pessoas aceitaram contribuir para esta pesquisa sem ressalvas ou investimento financeiro.

- Explicação do Procedimento;

O objetivo primordial desta pesquisa é compreender a percepção de filhos de mães solteiras sobre a monoparentalidade feminina, para tanto pretende-se entrevistar um total de 10 pessoas sendo: 5 homens e 5 mulheres com idade superior ou igual á 18 anos, no município de Ariquemes/RO. O uso desta amostra não probabilística se justifica por ser uma pesquisa qualitativa exploratória, onde o pesquisador procura verificar o fenômeno por meio da observação, da entrevista bem como do próprio estudo, onde a amostra selecionada é relativamente pequena para maximizar as informações e análise das respostas obtidas, assim com explica Kirk e miller (1986). Os critérios de inclusão são: ser maior de idade; ser filho de mãe solteira; ser da comunidade da Instituição Particular na qual será realizado a pesquisa e aceitar participar da pesquisa. Os critérios de exclusão são: ser menor de idade; não ser de um arranjo monoparental feminino e não ser da comunidade da Instituição Particular na qual será realizada a pesquisa bem como não aceitar o TCLE.

Estes participantes poderão ser a comunidade discente, docente e/ou da equipe administrativa de uma faculdade Particular de Ariquemes RO. Frisa-se que estas pessoas aceitaram contribuir para esta pesquisa sem ressalvas ou investimento financeiro. Após a autorização será feito o esclarecimento a cerca da proposta, ou seja, apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido- TCLE (anexo1)

Consentido então este documento pelo participante, será aplicado o questionário sócio demográfico (Apêndice A) com o objetivo de levantar informações pertinentes á pesquisa. Na sequência será realizado, de forma individual, a entrevista semi-dirigida, com 5 (cinco) perguntas norteadoras(Apêndice B), com previsão de duração aproximadamente de 15 minutos, objetivando compreender as concepções de pessoas filhos de mães solteiras na contemporaneidade no município de Ariquemes/RO.

Os resultados desta pesquisa serão analisados e com a obtenção dos dados coletados, utilizar-se para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.



## **ANEXO 2**

### **CARTA DE ANUÊNCIA**

Ao Sr. Diretor Airton Leite Costa

Solicitamos autorização institucional da pesquisa, que será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Educação e Meio Ambiente (CEP FAEMA), em cumprimento das diretrizes estabelecidas pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (CNS/MS). Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos.

Esta pesquisa é intitulada, Família Monoparental Feminina: A Concepção dos Filhos de Mães Solteiras na Contemporaneidade a ser realizada no (a) Faculdade de Educação de Educação e Meio Ambiente FAEMA, pelo (a) Kadija Souza Santos, sob orientação do Carla Patrícia Rambo Matheus, com o(s) seguinte(s) objetivo(s): Compreender a percepção de filhos de mães solteiras sobre a monoparentalidade feminina. E tendo como objetivos específicos; Apresentar os diferentes arranjos familiares no percurso histórico da humanidade, entender quais efeitos deste arranjo familiar não tradicional pela perspectiva dos filhos e discutir os aspectos psicológicas, emocionais e sociais da monoparentalidade para os filhos, necessitando, portanto, ter acesso aos dados a serem colhidos na comunidade discente, docente e/ou da equipe administrativa de uma faculdade Particular de Ariquemes RO. Frisa-se que estas pessoas aceitaram contribuir para esta pesquisa sem ressalvas ou investimento financeiro. A pesquisadora irá se apresentará aos coordenadores, líderes de turmas e chefias, afim de que estes possam indicar pessoas filhos de mães solteiras para cooperar com a pesquisa. Feito isto, a pesquisadora terá o primeiro contato com o possível participante, e neste primeiro contato a pesquisadora explicará ao indicado o objetivo da pesquisa solicitando a autorização para que participe da mesma. Após a

autorização será feito o esclarecimento a cerca da proposta, ou seja, apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido- TCLE e em sequência iniciará a entrevista, com previsão de duração aproximadamente de 15 minutos. Ao mesmo tempo, solicitamos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que a pesquisa terá início após a apresentação do Parecer Consubstanciado Aprovado, emitido pelo do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP FAEMA. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

**Ariquemes, 14 de Junho de 2018**

---

***Carla Patrícia Rambo Matheus***

**Pesquisador(a) Responsável do Projeto**

**(CARIMBO)**

---

***Kadija Souza Santos***

**Membro/Equipe da Pesquisa (acadêmico)**



Concordamos com a solicitação     Não concordamos com a solicitação

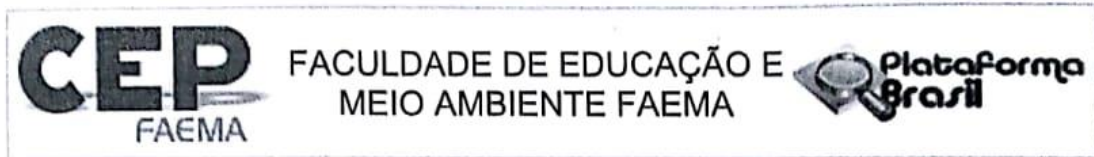
---

***Airton Leite Costa***

***Diretoria da Instituição onde será realizada a pesquisa***

***(CARIMBO)***

## ANEXO 3



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** FAMILIA MONOPARENTAL FEMININA: A CONCEPÇÃO DOS FILHOS DE MÃES SOLTEIRAS NA CONTEMPORANEIDADE.

**Pesquisador:** Carla Patrícia Rambo

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 89824218.9.0000.5601

**Instituição Proponente:** UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.831.848

**Apresentação do Projeto:**

A presente pesquisa apresenta a família monoparental. Nesse caso apenas as constituídas por mulheres.

**Objetivo da Pesquisa:**

Compreender a percepção de filhos de mães solteiras sobre a monoparentalidade feminina. Objetivos específicos: Apresentar os diferentes arranjos familiares no percurso histórico da humanidade; Entender quais efeitos deste arranjo familiar não tradicional pela perspectiva dos filhos; Discutir os aspectos psicológicos, emocionais e sociais da monoparentalidade para os filhos;

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Existem riscos mínimos como desconforto ao responder as perguntas da entrevista.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Esse é um tema relevante visto que esse tipo de família sempre existiu. Mas agora passa a ser reconhecida e legitimada socialmente.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os documentos termo de compromisso livre e esclarecido, questionário, folha de rosto, foram apresentados conforme a resolução 466/12.

**Endereço:** Avenida Machadinho, nº 4.349, Setor 06, Sala 3.8 do Bloco C

**Bairro:** SETOR 06

**CEP:** 78.932-125

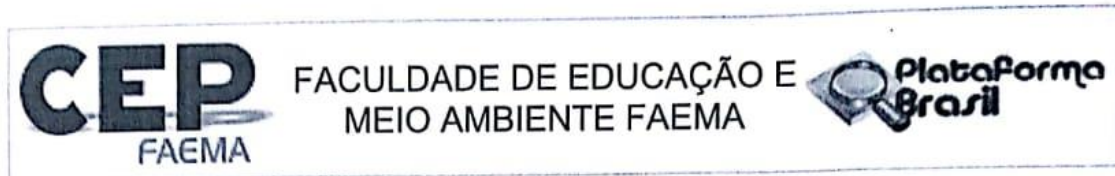
**UF:** RO

**Município:** ARIQUEMES

**Telefone:** (69)3536-6600

**E-mail:** cep@faema.edu.br





Continuação do Parecer: 2.831.848

**Recomendações:**

Não há recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todos os aspectos relacionados aos objetivos, outrora avaliados, foram solucionados. Não há pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Conforme resolução 466/12, e cronograma apresentado, enviar relatório final até 30/11/2018.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1107723.pdf	10/08/2018 10:29:23		Aceito
Outros	cartaanuenciakadija.pdf	10/08/2018 10:28:32	Carla Patricia Rambo	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoagosto.pdf	08/08/2018 18:12:51	Carla Patricia Rambo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEagosto.pdf	08/08/2018 18:09:09	Carla Patricia Rambo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOKADIJACEPAgosto.pdf	08/08/2018 18:08:54	Carla Patricia Rambo	Aceito
Outros	questionario.pdf	18/04/2018 22:12:30	Carla Patricia Rambo	Aceito
Outros	entrevista.pdf	18/04/2018 22:11:24	Carla Patricia Rambo	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Avenida Machadinho, nº 4.349, Setor 06, Sala 3.8 do Bloco C  
 Bairro: SETOR 06 CEP: 78.932-125  
 UF: RO Município: ARIQUEMES  
 Telefone: (69)3536-6600 E-mail: cep@faema.edu.br

## ANEXO 4

2018

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Kadija Souza Santos)

**Kadija Souza Santos**

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4041914005074339>  
 Última atualização do currículo em 08/02/2018

Possui ensino-medio-segundo-graupela Prof Elvandas Maria de Siqueira(2013). **(Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes)**

## Identificação

Nome	Kadija Souza Santos
Nome em citações bibliográficas	SANTOS, K. S.

## Endereço

## Formação acadêmica/titulação

2014	Graduação em andamento em Psicologia. Faculdade de Educação e Meio Ambiente, FAEMA, Brasil.
2011 - 2013	Ensino Médio (2º grau). Prof Elvandas Maria de Siqueira, ELVANDAS, Brasil.

## Idiomas

Português	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol	Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Pouco, Escreve Pouco.

## Produções

Produção bibliográfica